

vo fortemente ondulado, o povoamento se processou ao longo dos vales, deixando os altos e partes das encostas cobertas de mata. Ora, nas áreas de campos naturais o padrão da vegetação é justamente o inverso: os campos ficam nos altos e as florestas ocupam os vales, formando matas ciliares e capões nas nascentes. Excetuam-se apenas as várzeas, que entretanto foram representadas nas fôlhas topográficas por uma convenção especial. Por conseguinte, nas áreas pouco devastadas, a reconstituição da cobertura de vegetação natural se fêz de maneira segura, sem possibilidade de êrro.

O método mais empregado foi o da *interpretação de fotografias aéreas*, que permite acompanhar com nitidez o limite entre duas formações vegetais diferentes, mesmo nas áreas em que a mata tenha sido muito devastada. O ideal seria que faixas de vôo de baixa altitude cobrissem totalmente a região a estudar. Infelizmente, não só as fotografias de que dispúnhamos foram tiradas pelo sistema trimetrogon, isto é, com uma vertical e duas oblíquas tomadas a 20 000 pés (mais de 6 000 metros), como também apenas uma parte da Zona da Mata foi recoberta pelas faixas de vôo (fig 2).

Contudo, por mais perfeita que seja a técnica empregada nas fotografias aéreas, elas não suprem o conhecimento direto do terreno, único método que permite descrever com precisão a fisionomia das di-

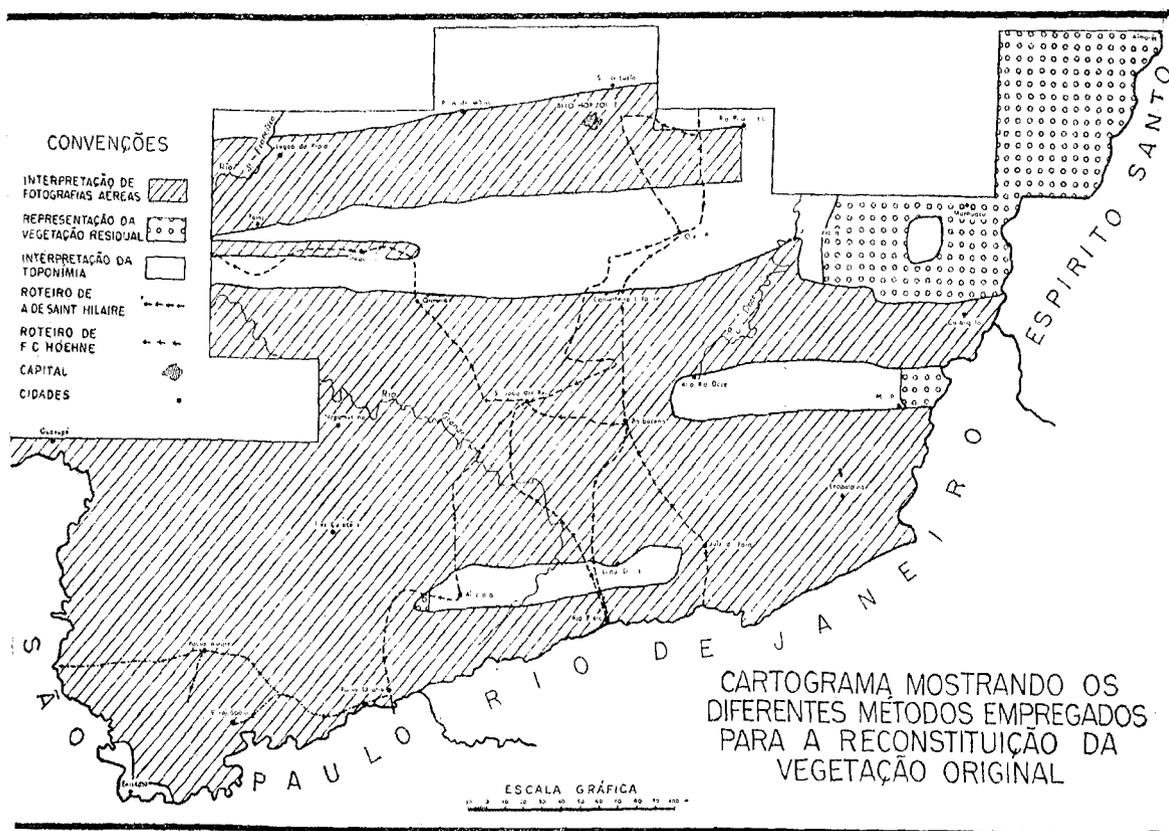


Fig 2

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XX

JANEIRO-MARÇO DE 1958

N.º 1

ESTUDO REGIONAL DA ZONA DA MATA, DE MINAS GERAIS

ORLANDO VALVERDE

(Geógrafo do CNG)

O presente trabalho foi elaborado para servir de base ao planejamento da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, do Ministério da Educação e Cultura, na Zona da Mata. Resultou de um reconhecimento geográfico que durou cerca de 20 dias de pesquisas de campo, bem como de estudos de gabinete que compreenderam, dentre outras coisas, a interpretação de fotografias aéreas timetrogon interessando à região em foco.

O autor agradece a valiosa colaboração dos seus colegas MARIA FRANCISCA CAVALCANTI CARDOSO, que, além da obtenção de dados e da participação dos trabalhos de campo, preparou o desenho final das plantas funcionais de Leopoldina e Cataguases; NEX STRAUCH, pela cessão dos mapas de população e de clima da região, e MARIA RITA DA SILVA GUIMARÃES, pela execução do gráfico da hierarquia das cidades.

VEGETAÇÃO

Foi a fisionomia da vegetação natural que deu a esta região o nome tradicional que ela ainda conserva.

Num trabalho realizado em colaboração com as geógrafas DORA AMARANTE ROMARIZ e RAIFE TAULE, cujo resumo foi publicado nos *Comptes Rendus* do XVI Congresso Internacional de Geografia, o autor fez a reconstituição cartográfica da vegetação original da área cartografada do estado de Minas Gerais¹, a qual ultrapassa de muito a totalidade da Zona da Mata nessa unidade federada. Já que o referido trabalho é de difícil acesso, vale a pena resumir aqui as técnicas nêle aplicadas e os resultados que interessam à zona em questão.

Na pesquisa em aprêço foram empregados diferentes métodos que serão discriminados a seguir.

A representação da vegetação residual que figura nas folhas da carta do estado na escala de 1/100 000 foi especialmente proveitosa nas áreas em que a devastação não estava muito avançada, como nas partes norte e leste da Zona da Mata (fig. 1). Nessas áreas de relê-

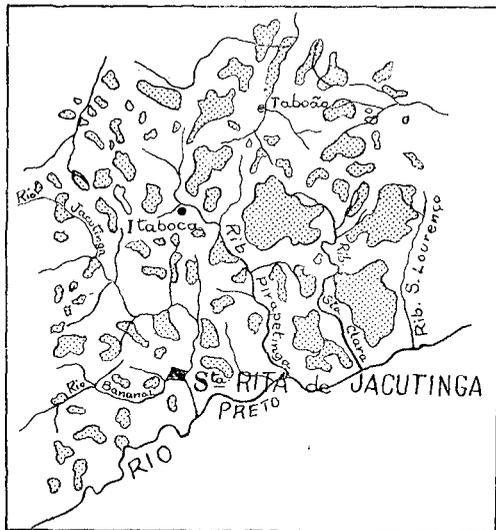


Fig 1 — Representação da vegetação residual em partes das folhas topográficas de Lima Duarte e Rio Preto (1889, escala de 1/100 000) reduzidas à escala de 1/500 000.

¹ VALVERDE, O., ROMARIZ, D. A. & TAULE, R.: "Mapa da Vegetação Original das Regiões Central, Sul e da Mata, do Estado de Minas Gerais" *Comptes Rendus* do XVI Congr. Internac. Geogr., vol. I.

vo fortemente ondulado, o povoamento se processou ao longo dos vales, deixando os altos e partes das encostas cobertas de mata. Ora, nas áreas de campos naturais o padrão da vegetação é justamente o inverso: os campos ficam nos altos e as florestas ocupam os vales, formando matas ciliares e capões nas nascentes. Excetuam-se apenas as várzeas, que entretanto foram representadas nas folhas topográficas por uma convenção especial. Por conseguinte, nas áreas pouco devastadas, a reconstituição da cobertura de vegetação natural se fez de maneira segura, sem possibilidade de êrro.

O método mais empregado foi o da *interpretação de fotografias aéreas*, que permite acompanhar com nitidez o limite entre duas formações vegetais diferentes, mesmo nas áreas em que a mata tenha sido muito devastada. O ideal seria que faixas de vôo de baixa altitude cobrissem totalmente a região a estudar. Infelizmente, não só as fotografias de que dispúnhamos foram tiradas pelo sistema trimetrogon, isto é, com uma vertical e duas oblíquas tomadas a 20 000 pés (mais de 6 000 metros), como também apenas uma parte da Zona da Mata foi recoberta pelas faixas de vôo (fig. 2)

Contudo, por mais perfeita que seja a técnica empregada nas fotografias aéreas, elas não suprem o conhecimento direto do terreno, único método que permite descrever com precisão a fisionomia das di-

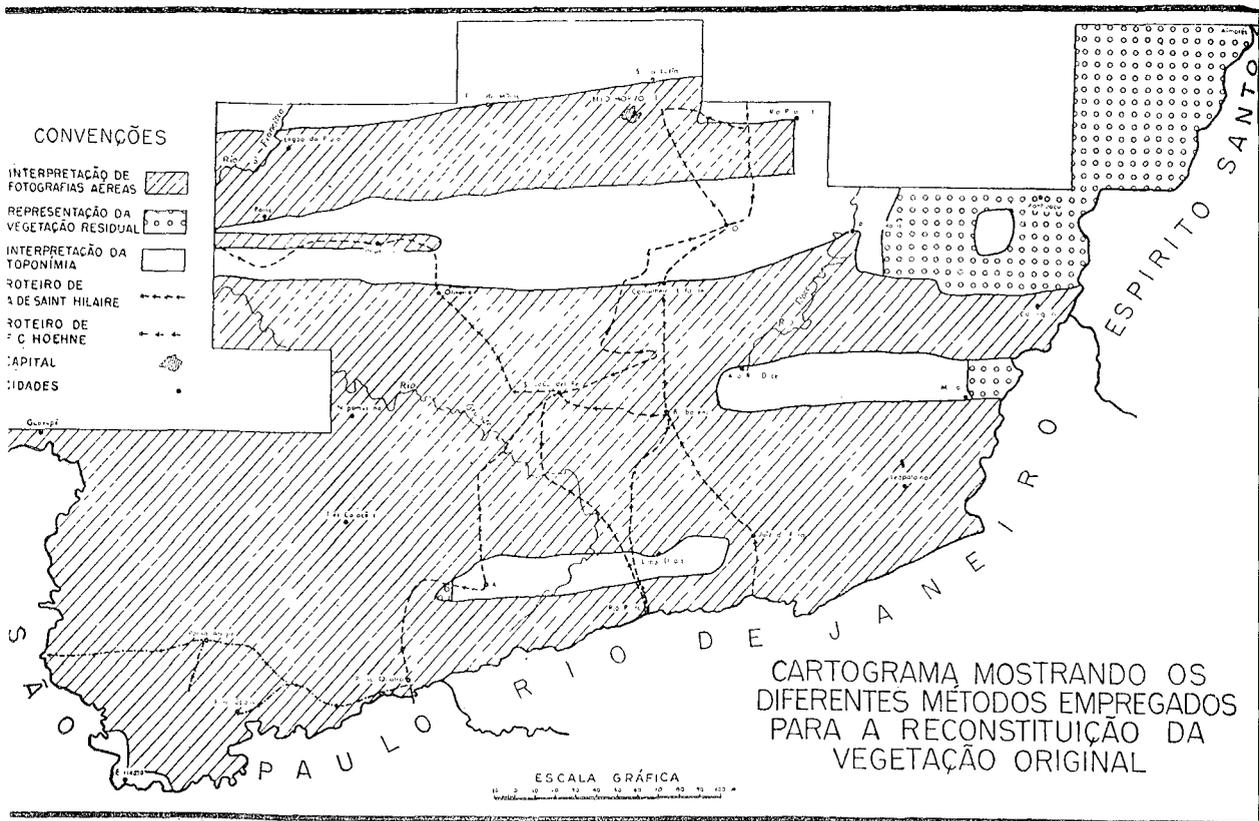


Fig 2

ferentes formações. Assim, torna-se indispensável o trabalho de campo pelo pesquisador, bem como a *coleta dos informes e dados deixados pelos viajantes* que o precederam SAINT-HILAIRE, por exemplo, deixou magníficas descrições sobre a vegetação de várias partes do Brasil nas suas "viagens" e uma síntese sobre a do estado de Minas, em particular².

Por fim, foi empregado o processo da *interpretação da toponímia*. Este processo, inventado na Alemanha, onde é conhecido pelo nome de *Urlandschaftsforschung*, consiste na pesquisa da vegetação original pelas evidências indiretas sobre os nomes dos lugares referentes a formações vegetais, como mata, campo, ou a áreas devastadas, como capoeira, queimada, roça, tapera, ou ainda, referentes a nomes populares de espécies vegetais, como peroba, cedro, braúna, gameleira, palmito, etc.

Este método, que encontra ceticismo por parte de muitos, é o único disponível em certas regiões de povoamento muito antigo, cujas condições originais de vegetação e de solos já foram profundamente modificadas pela atividade humana, como na Europa centro-ocidental. Não obstante, quando se faz crítica bem conduzida da nomenclatura e se pode, em alguns lugares, aferir com outros métodos mais precisos, chega-se à conclusão de que êle serve para dar um esboço geral da distribuição da vegetação primitiva, muito embora os limites fiquem geralmente imprecisos. Na própria Zona da Mata há topônimos falazes, como o de Campo Limpo (antiga denominação da vila de Ribeiro Junqueira), cuja vegetação era, originariamente, florestal.

Este, porém, é um exemplo excepcional na região. De modo geral, aí, tôdas as indicações levam a concluir que o revestimento natural era o de uma mata contínua. As interrupções no manto florestal que seriam constituídas pelas várzeas, aliás numerosas a E. e NE. de Leopoldina, são excessivamente pequenas para que pudessem ser representadas mesmo num mapa na escala de 1/500 000.

A Zona da Mata foi, portanto, submetida a uma devastação generalizada, de tal modo que, segundo evidenciam as fotografias aéreas, só os cumes de algumas elevações possuem manchas acanhadas de matas. Nas partes norte e leste da região a devastação não foi tão drástica.

Observadas do terreno, entretanto, estas manchas de florestas residuais são, tôdas elas, secundárias. Isto pode ser facilmente comprovado de longe, observando as numerosas copas de embaúbas (*Cecropia* sp.) brancas ou prateadas, que emergem do meio da abóbada foliar destas formações bem delimitadas. Ora, a embaúba é uma árvore ávida de luz que só se desenvolve onde a floresta foi derrubada.

Em duas excursões de reconhecimento que o autor realizou à Zona da Mata não pôde observar uma só vez qualquer resto da mata virgem.

Paradoxalmente, pode-se afirmar que uma das características atuais da paisagem da Zona da Mata é a falta de matas. Por tôda parte, o homem substituiu o manto escuro das florestas pelo pasto claro

² "Tableau de la végétation primitive dans la province de Minas Gerais" *Nouvelles Annales de Voyage*, 1831. Tradução de ORLANDO VALVERDE, publicada no *Bol Geogr*, ano VI, n.º 71, fev 1949, pp 1 277-1 291

e aveludado de capim-gordura (*Melinis minutiflora*). A floresta não serve mais nem para distinguir a Zona da Mata de qualquer das regiões vizinhas. Comparando-a com a zona do rio Doce, muito ao contrário, é esta que se salienta pela vegetação e pela exploração florestais (figs. 3 e 4)

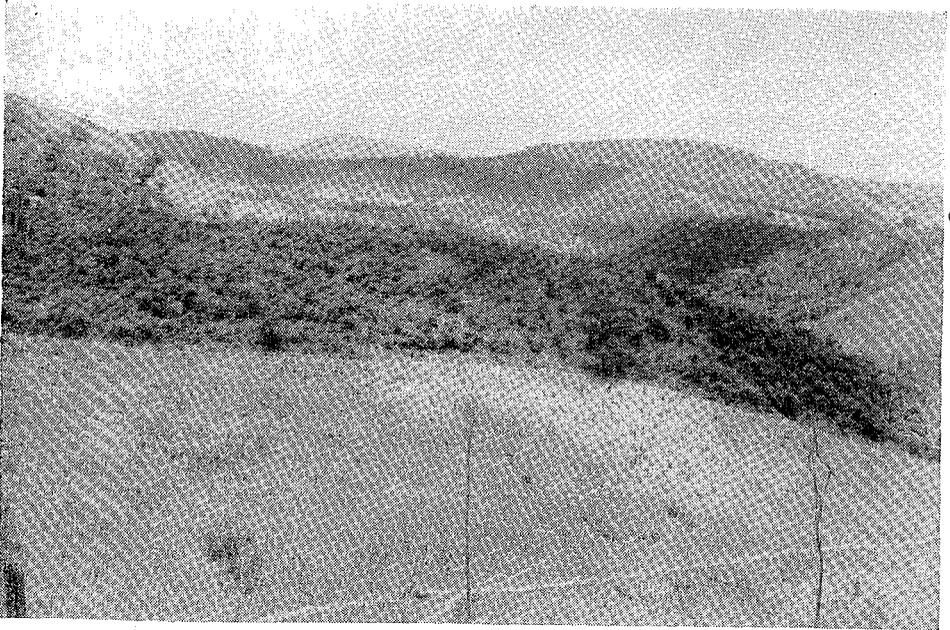


Fig. 3 — Roças de milho e capoeiras em vários estágios, a 15 km a oeste de Abre Campo. Nota o relevo fortemente ondulado e os remanescentes da mata primitiva.

Foto Gilson Costa (CNG)

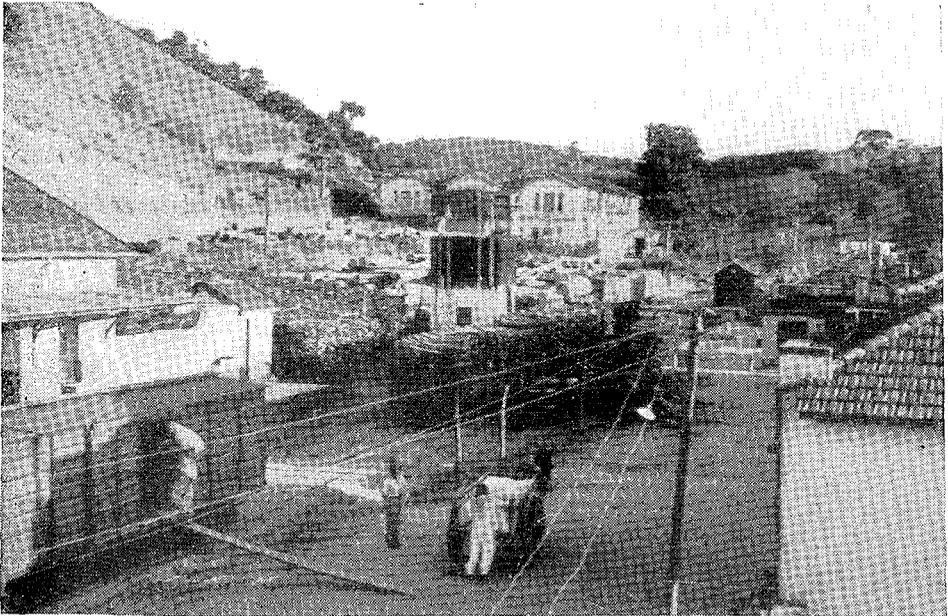


Fig. 4 — Pilhas de lenha e toras de madeira na estação ferroviária de Rio Casca

Foto Gilson Costa (CNG)

Em suas condições originais, a formação vegetal que sugeriu o nome da Zona da Mata formava um todo contínuo com a floresta do médio Paraíba, ao sul, e a do vale do rio Doce, ao norte. A oeste, limitavam-na os campos naturais do centro e do sul de Minas

Dados os limites horizontais da mata da região em estudo, restava ainda conhecer os seus limites verticais. Para tal fim, o autor realizou rápida excursão ao maciço de Caparaó, onde êsses limites deveriam exprimir-se melhor que em qualquer outra parte

Êste maciço não teve a mesma fortuna que o de Itatiaia. O estudo comparativo de ambos será muito proveitoso. Aqui, porém não foi criado nenhum parque nacional, de maneira que, nas partes inferiores, revestidas outrora de mata tropical, as condições primitivas foram profundamente alteradas pela devastação. A mata tropical foi transformada numa *ghost landscape*, isto é, em capoeiras e samambaias, de onde emergem os troncos semicarbonizados de grandes árvores que outrora existiam (fig. 5) Ninguém aí habita; é apenas uma reserva



Fig 5 — Mata devastada: samambaias, ciciumais e remanescentes da floresta, no vale do ribeirão José Pedro, a 1 630 metros de altitude, na subida para o pico da Bandeira

Foto Gilson Costa (CNG)

sem dono, de onde os moradores de Caparaó Velho extraem lenha. Por isso, as queimadas são feitas sem aceiros. Na beira da estrada encontram-se medidas de lenha prontas para o transporte.

Em tais condições, os limites das faixas altitudinais de vegetação foram, em grande parte, apagados pela intervenção humana. Não obstante, chama atenção a quase coincidência com os mesmos limites, que se observam mais ao sul, no Itatiaia e na subida para Poços de Caldas, na Mantiqueira. Nesta última, o limite dos cafèzais está a 1 200 metros; a mesma altitude observei no pico da Bandeira. No Itatiaia, o limite superior dos cafèzais está a cêrca de 1 000 metros

Na mata do pico da Bandeira pude observar embaúbas até à altitude de 1 300 metros, e, a partir dos 1 400, a criciuma, (*Chusquea pini-folia*) um bambu fino, cresce em formações densas em alguns lugares devastados.

É chocante encontrar limites mais baixos para as formações de altitude no pico da Bandeira do que no de Itatiaia, embora êste esteja a cêrca de 2° de latitude mais para o sul. Assim, no primeiro, por volta dos 1 500 metros de altitude, a mata adquire caráter subtropical, com muitas epífitas e poucas lianas; além das árvores de 20 a 25 metros de altura, tornam-se muito numerosos as árvores e arbustos com 6 metros de altura, aproximadamente. Essa mesma fisionomia só observei acima dos 1 600 metros de altitude, na subida do Itatiaia.

Na escalada do da Bandeira, aos 1 900 metros só se podem observar árvores grandes nos grotões. Aos 2 000 metros, mais ou menos, passa-se ao predomínio absoluto da vegetação arbustiva. Dentre as árvores, só uma que ocorre isolada aí aparece, chamada vulgarmente de "candeia" (fig. 6) Na cota 2 060 crescem exclusivamente arbustos

No Itatiaia, a floresta úmida subtropical de altitude cede lugar à vegetação arbustiva na cota dos 2 170 metros.

Os campos de altitude do pico da Bandeira começam, portanto, mais abaixo que os de Itatiaia. Êles são, naquele, ricos em bromélias e em arbustos com inflorescências brancas, a que o povo dá o nome de "alfavaca".



Fig 6 — Vegetação típica do maciço de Caparaó, a cêrca de 2 000 metros de altitude: predomínio absoluto da vegetação arbustiva; das árvores, só a "candeia" subsiste.

Foto Gilson Costa (CNG)

As diferenças apontadas que contrariam a lógica simplista encontram explicação na umidade local, que deve ser maior na subida do Itatiaia que na do Bandeira, visto que neste o acesso, se faz pela encosta voltada para o interior, ao passo que naquele se fez pela vertente voltada para o mar. Contudo, devemos convir que não são diferenças substanciais de altitude.

Qual teria sido a fisionomia natural da vegetação da Zona da Mata, antes do advento do homem que se intitula civilizado e que tão bárbaramente a degradou? Restam-nos apenas evidências indiretas. A continuidade da cobertura florestal, as semelhanças de climas e de solos com o médio vale do Paraíba, levam-nos a deduzir que a formação vegetal seria uma só. Ora, de acôrdo com o mapa inédito da vegetação original do estado do Rio, entre os meridianos 42° 30' e 43° 15' WGr., elaborado por K. HUECK (inédito do Conselho Nacional de Geografia), a mata do vale do Paraíba seria uma floresta tropical semidecídua. É de crer, portanto, que assim fôsse também na Zona da Mata.

SOLOS

O estudo, ainda que expedito, dos solos da Zona da Mata, mereceu consideração, devido ao significado dêles para a geografia agrária regional. Com tal objetivo, tomou parte nos trabalhos de campo o pedólogo, Dr. TIAGO FERREIRA DA CUNHA, cujo relatório técnico será publicado, dentro em breve, nesta revista.

Pode-se, contudo, resumir as observações dêste especialista, afirmando que na Zona da Mata há um predomínio dos latossolos, de coloração alaranjada (*yellow-red latosol*) ou amarelada (*yellow-latosol*). Êles se apresentam, nos cortes, com perfis profundos e horizontes pouco diferenciados, à semelhança do que ocorre no vale do Paraíba, ao longo da rodovia Presidente Dutra e se reproduz na fronteira com a Zona da Mata³.

Em raros lugares foi possível observar o tipo de transição (*intergrade*) latossólico-podzólico, com seus horizontes A e B bem distintos

Diferenciações maiores na classificação dos solos vão encontrar-se apenas nos limites da região. A oeste, em consequência sobretudo da rocha matriz, passam a ocorrer litossolos, derivados de sericitaxistos, micaxistos, etc., da série de Minas (proximidades de Mariana). A leste, em virtude do fator altitude, os latossolos cedem lugar ao latossolo humoso, bem mais escuro e mais fértil, nas fraldas do pico da Bandeira, nas vizinhanças de Caparaó Velho

Do ponto de vista da fertilidade, pode-se considerar que, ao iniciar-se a exploração, os solos da Zona da Mata, de modo geral, apresenta-

³ Vide *Carta dos Solos do Est. do Rio de Janeiro* Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, MA, CNEPA, SNPA, 1955 Escala 1/400 000

vam-se moderadamente férteis. Muito provavelmente seriam ácidos, mas possuíam bom teor de húmus, proporcionado pela floresta. Quanto às propriedades físicas, possuem êles argilas compactas, resistentes à erosão, mas, por outro lado, os terrenos são fortemente inclinados, facilitando o trabalho erosivo das águas.

MORFOLOGIA

Não é fácil aos leigos a compreensão do relêvo e da estrutura da Zona da Mata, e muito menos da sua origem e evolução. Logo à primeira vista chamam aí a atenção do visitante dois aspectos característicos do relêvo. Os alinhamentos de cristas e a superfície deprimida no interior da região. Num pequeno artigo, porém extraordinariamente explícito, intitulado "Estudo Preliminar da Geomorfologia do Leste da Mantiqueira", F. RUELLAN esclarece o problema de maneira magistral⁴. As linhas mestras dêsse trabalho serão, entre outras idéias, expostas aqui, no que diga respeito diretamente à Zona da Mata.

O planalto da Mantiqueira forma estruturalmente um *anticlinorium*, isto é, uma vasta superfície em que as camadas podem tomar mergulhos e direções diversas, mas no conjunto formam um arqueamento convexo para o alto. Na extremidade voltada para sudeste, suas camadas se continuam formando um sinclinal muito fechado no vale do Paraíba. Isto é observável no leito do Paraíba do Sul, onde as camadas de gnaiss se estendem longitudinalmente ao rio, com mergulhos quase verticais, fato que A.R. LAMEGO comparou a um livro entreato virado para cima.

Segue-se um novo *anticlinorium*, que constitui a serra do Mar. O gnaiss que forma esta serra, considerado de idade arqueana, mantém no estado do Rio uma direção constante SW-NE e, perdendo altitude bruscamente, vai desaparecer sob o mar, cortado pela linha da costa, entre Cabo Frio e Campos.

No vale do Paraíba e na Mantiqueira predomina o gnaiss xistoso, ao qual, nesta última, os geólogos atribuem idade algonquiana, embora ninguém jamais tenha encontrado no terreno o contacto com as formações que lhe deveriam ficar sotopostas⁵.

O traço distintivo desta orogenia presumivelmente mais nova é a virgação da direção das camadas de gnaiss, que se torna manifesta na Zona da Mata. De fato, na parte sul da região (mapa 1) as direções das cristas são francamente WSW-ENE, e à medida que se vai para o norte, vão passando gradualmente para o azimute SSW-NNE, que é a direção geral da serra do Espinhaço. Isto vai refletir-se na di-

⁴ F. RUELLAN: "Estudo Preliminar da Geomorfologia do Leste da Mantiqueira" *Bol. Car. Geog.*, ano IV, n.ºs 2, 3 e 4, pp. 5-17 Rio, 1951.

⁵ Algumas obras de geologia fazem constar falhas entre as formações arqueanas e algonquianas em Minas Gerais. São porém, tôdas, falhas hipotéticas.

MAPA GEOMORFOLÓGICO
DA ZONA DA MATA

CONVENÇÕES

- ==== FRATURAS
- ◆◆◆ LINHAS DE CRISTAS
- - - VALE ASSIMÉTRICO
- ▲▲▲ ESCARPA
- ☞ SINCLINAL "PERCHÉE"
- · - · - · LIMITE APROXIMADO DA ZONA DA MATA

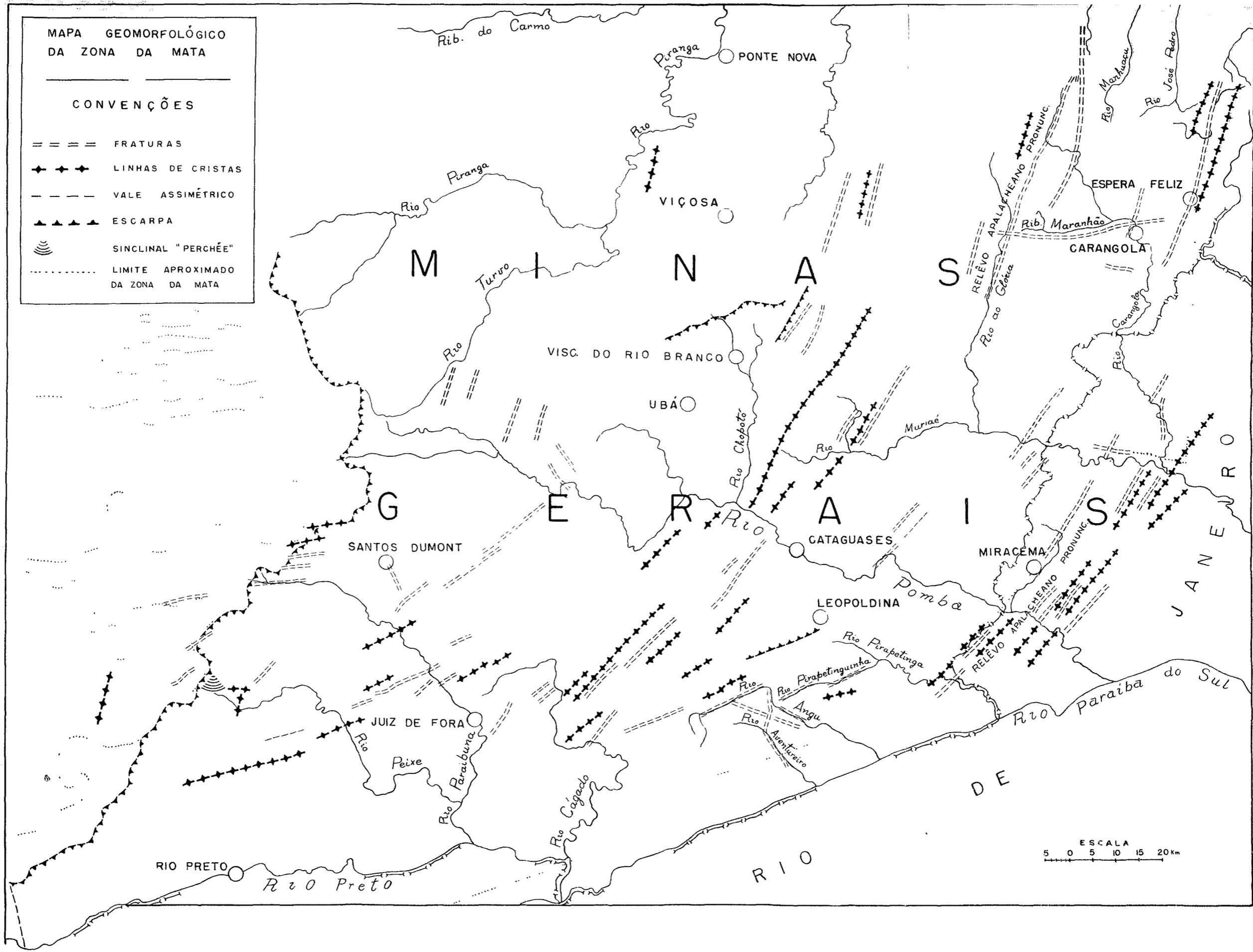




Fig 6A — *Relêvo apalacheano entre Astolfo Dutra e Cataguases Cristas alinhadas para nordeste*
Foto tomada para o norte No centro da fotografia, a cidade de Miraf, (Foto trimetrogon da
U S Air Force, em 2-8-945)

reção geral da costa do Brasil, que, da planície Goitacá até Salvador, toma visivelmente o mesmo rumo.

Essa inflexão nas direções estruturais faz com que os alinhamentos montanhosos se abram na Zona da Mata em forma de leque, concorrendo para dar à região a forma afunilada que ela possui

Na sua parte ocidental, o planalto da Mantiqueira forma a região vulgarmente denominada “Sul de Minas”, com altitudes sempre superiores a 1 000 metros Tal não acontece na parte oriental, em que a serra da Mantiqueira sofreu, entre os maciços de Itatiaia e Caparaó, um afundamento em forma de sela, que tem feição de uma dobra de fundo, de grande raio de curvatura. Esse afundamento provocou fraturas radiais nem sempre paralelas, mas com predominância da

direção NW-SE⁶. Essas fraturas foram aproveitadas pelos afluentes da margem esquerda do Paraíba do Sul, do Paraíbauna (inclusive) para jusante: o Pomba, o Muriaé, por exemplo, os quais trespassam os alinhamentos de cristas por meio de gargantas, e foram regularizar os seus perfis e ampliar as suas bacias de drenagem muito para o interior. Com isso, fizeram regredir muito a escarpa da Mantiqueira, que se inflete para nordeste, em direção ao centro de Minas Gerais.

Os limites sul e sudeste da Zona da Mata são formados por uma franja em que o relêvo e a drenagem tomam caráter nitidamente apalacheano, facilmente perceptível nas cartas e, mais ainda, nas fotografias aéreas (fig. 6A).

As fraturas que franquearam a passagem aos grandes rios, como o Paraíbauna, o Pomba e o Muriaé, não são mais observáveis, porque a erosão já alargou muito os vales respectivos. Só a direção dos cursos desses rios sugerem a direção geral das fraturas. Nos rios pequenos, porém, elas ainda estão patentes, como é o caso nos rios Aventureiro e Angu. Aí, a direção estrutural foi cortada por uma rede de quatro fraturas, três das quais foram parcialmente aproveitadas pelos cursos desses rios. A rodovia Rio-Bahia também tira proveito de duas dessas linhas tectônicas para deixar o vale do Paraíba, em busca de Leopoldina.

A evolução do relêvo na Zona da Mata permitiu que nela se desenvolvessem superfícies de erosão bem regulares, que serão abaixo discriminadas com denominações propostas pelo autor.

a) Superfície de Leopoldina, com 300 e 400 metros de altitude⁷ e relêvo ondulado ou fortemente ondulado.

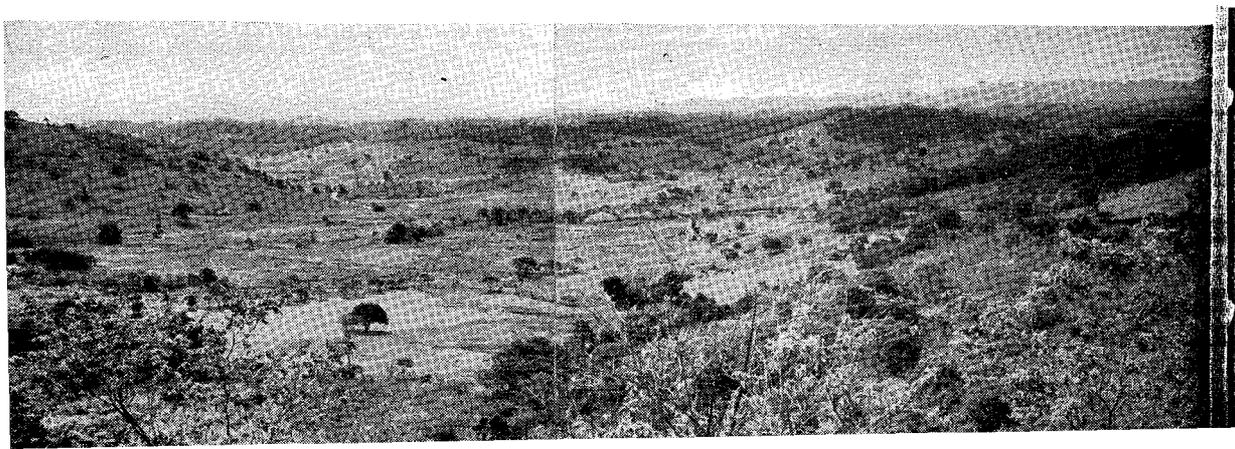
Esta superfície, sobre a qual a literatura geomorfológica parece ser omissa, forma uma soleira que é o cerne da própria Zona da Mata. Corresponde à área mais deprimida da dobra de fundo (fig. 7).

⁶ RUFFLAN precisa a linha tectônica a partir da qual, para leste, se sucedem as fraturas transversais. Essa linha, que passa pelas estações de Carlos Euler e Pestana, é chamada por ele de "falha de Carlos Euler".

⁷ As cidades de Leopoldina, a 200 e poucos metros de altitude, e Cataguases, a menos de 200, estão nesta área, porém nos fundos dos vales. A superfície de erosão é caracterizada pelo nível regular dos topos das elevações.

Fig. 7 — Panorâmica a 9 km de Recreio, em direção a Leopoldina. Dois níveis de erosão: o de Leopoldina (aqui a 300 m) e o da serra dos Puris. A esquerda, vale com arroz de várzea; "habitat" disperso nos terraços e bases das encostas.

Foto Gilson Costa (CNG)



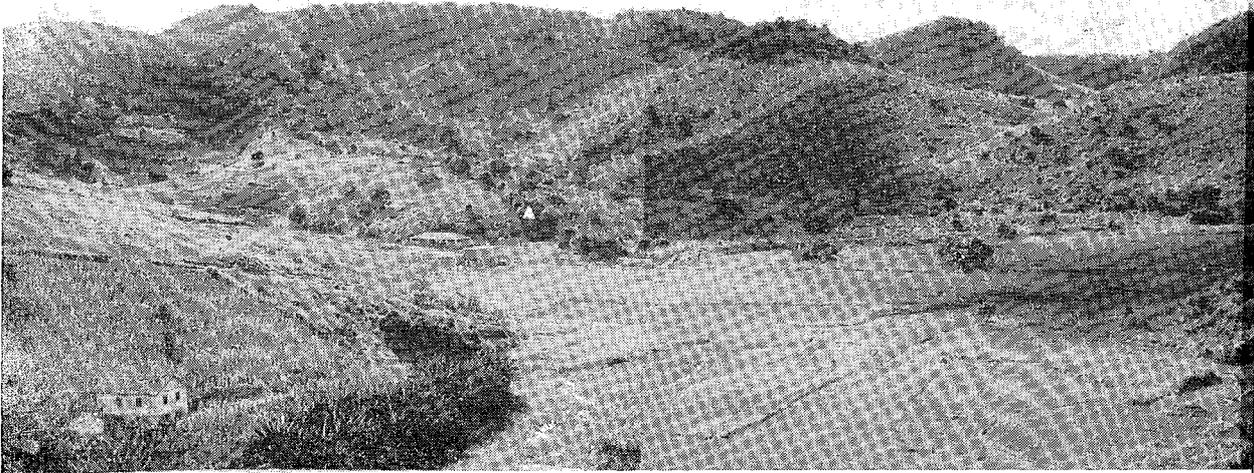


Fig 8 — Fazenda com belos arrozais na várzea, café na encosta em frente, tulha e estábulo à esquerda da várzea, e pastos. Fica entre Muiaté e Bom Jesus da Cachoeira, a 8 km daquela cidade

Foto Gilson Costa (CNG)

Ela se prolonga na direção NE-SW, tendo um dos extremos nos arredores de Eugénópolis (ex-São Manuel) e outro em Argirita. Os seus vales têm com freqüência fundo plano, com várzeas que favorecem as culturas de arroz de brejo (mapa 3) (fig. 8)

b) Cercando esta superfície por todos os lados, existe uma outra de notável regularidade, entre os 450 e 500 metros de altitude, que chamamos de "superfície de Guarani-Rio Novo", porque aí parece ter ela o seu desenvolvimento mais belo na Zona da Mata. Este nível regular se reproduz em Carangola, na serra das Virgens (a leste de Leopoldina) e em Ubá e Visconde do Rio Branco (fig. 9).

Fig 9 — Superfície de erosão dos 500 metros. Ao fundo, divisa-se a serra do Descoberto, com "hog-backs". No 1º plano, cafézal antigo invadido pela capoeira. Foto tirada entre Rio Novo e Guarani, a 8 km daquela cidade

Foto Gilson Costa (CNG)





Fig. 10 — Nível de erosão dos 800-900 metros ("superfície de Ervália"), a uma distância entre Gramma e Agua Limpá, ao norte de Juiz de Fora. Notar os vales bem dissecados e, no horizonte, alinhamento montanhoso com mais de 1 000 metros de altitude. Pastos, cercas vivas e mata secundária. Foto Gilson Costa (CNG.)

A descida desta superfície para a de Leopoldina se faz ora de maneira suave, ora de maneira rápida, como sucede entre a serra dos Puris e aquela cidade

O relêvo neste nível é fortemente ondulado, sem várzeas

c) Um terceiro nível de erosão é encontrado em grandes áreas da periferia da Zona da Mata, que é o de 800-900 metros de altitude. Por isso, é êle encontrado em cidades tão afastadas como Ervália, Manhuaçu, Espera Feliz e nos arredores de Juiz de Fora.

Nesta superfície, que chamaremos "de Ervália", o relêvo é sempre fortemente dissecado ou mesmo montanhoso (fig. 10) Nela têm origem, ao norte da Zona da Mata, rios tributários do Doce. Explica-se assim a dissecação mais profunda dos seus leitos: enquanto rios como o Pomba, o Muriaé, fluem sôbre superfícies de 200 a 400 metros, a distâncias do mar aproximadamente iguais, o Piranga, por exemplo, drena a superfície dos 800-900 metros de altitude. Em Ponte Nova, a correnteza e o volume do Piranga têm proporções assustadoras, o Pomba e o Muriaé parecem-nos então mansos cursos d'água.

A nordeste da Zona da Mata ergue-se o imponente maciço do Caparaó. Êle representa um dos extremos da depressão em sela, na interpretação de RUELLAN, o qual encontrou aí níveis correspondentes à "superfície de campos", (acima dos 1 500 metros) caracterizada por E. DE MARTONNE⁸.

Já apontamos as semelhanças que existem na vegetação do restrito domínio dêste maciço com o do Itatiaia. Semelhança ainda mais notável se verifica na morfologia de altitude de ambos os picos. A partir dos 2 200 metros de altitude começa no maciço do Caparaó o relêvo

⁸ In "Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico" *Rev Bras Geog* ano VI, n.º 2

periglacial. vales em U, vales suspensos, solo turfoso, lagos nos vales, caos de pedras, etc. Aqui, entretanto, essas formas não têm a nitidez que possuem no Itatiaia, porque a rocha matriz é o gnaiss xistoso, e não o sienito nefelínico.

Só comparando-se um com o outro é que se pode discernir claramente aquilo que é devido aos fatores altitude e paleoclima, do que resulta do fator natureza da rocha. As pequenas cavidades, as caneluras (que sugeriram a denominação de "Agulhas Negras"), não se encontram no Caparaó. Por outro lado, as macroformas do Itatiaia, que se assemelham perfeitamente às do pico da Bandeira, não são devidas à erosão química, mas a uma morfologia periglacial (figs 11 e 12).



Fig. 11 Vales suspensos em forma de U, típicos da morfologia periglacial. Ao fundo, o pico da Bandeira.

Foto Gilson Costa (CNG)

Quanto à natureza das rochas, RUELLAN observou que na Mantiqueira ocorre um "gnaiss menos rico em feldspato do que os da serra do Mar e do vale do Paraíba". De fato, lá predomina de maneira absoluta o gnaiss xistoso, como de resto em quase toda a Zona da Mata, exceto numa parte do seu ângulo nordeste, onde, entre Espera Feliz e a estação de Caparaó, existe exploração de bolsões de feldspato, como também de mica.

Ao longo do vale estrutural, orientado quase perfeitamente na direção norte-sul, que passa em Manhuaçu, Carangola e Tombos, são numerosos os afloramentos de gabro-dioritos. Não é lícito explicar, entretanto, o levantamento da borda oriental da Mantiqueira por um impulso de baixo para cima, provocado por tais intrusões. O volume dos afloramentos não justifica esta hipótese; as intrusões de gabro-dioritos parecem antes uma consequência do fendilhamento das camadas de gnaiss, resultante do levantamento das escarpas das serras do Mar e

Mantiqueira, que teria afetado a costa oriental do continente, a partir do terciário, como um reflexo do enrugamento dos Andes.

Fato desconcertante se observa nas vizinhanças imediatas dos afloramentos de gabro-dioritos: êles não modificaram, de modo algum, a natureza dos solos, que se apresentam aí com o mesmo perfil típico dos latossolos derivados da decomposição do gnaisse.

RUELLAN sintetiza, com rara felicidade, os reflexos do relêvo e da estrutura nas feições geográficas da Zona da Mata.

O abaixamento da parte oriental da Mantiqueira acarretou o recuo da frente dissecada do bloco falhado desta serra, que tomou o rumo do coração do estado.

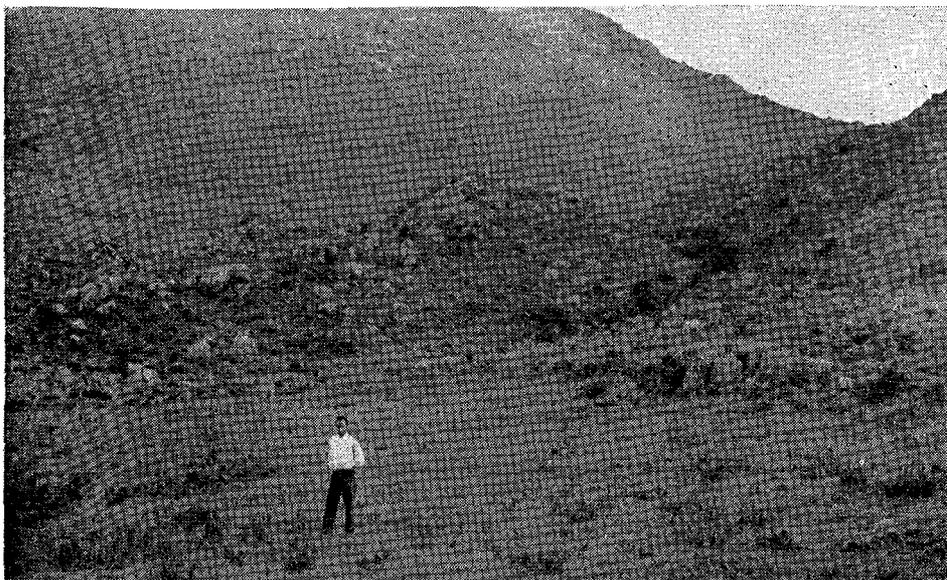


Fig 12 — Vale de fundo plano e caos de pedra nas encostas, no abrigo da subida do pico da Bandeira, a 2 375 metros

Foto Gilson Costa (CNG)

A penetração dos rios através das falhas e fraturas transversais proporcionou boa drenagem para a Zona da Mata, o desenvolvimento de grandes bacias e a conseqüente regularização dos perfis dos cursos fluviais.

O abaixamento e fracionamento das montanhas permite que se faça sentir bem, no clima da Zona da Mata, a influência da massa atlântica, a qual faz nesta região a sua penetração mais profunda no interior do Brasil, mantendo tôdas as suas características essenciais. Não se pode registrar na Zona da Mata nenhuma ação ressecante do ar que sugira um efeito de *Foehn*. Embora nos falem dados precisos, podemos deduzir daí a ocorrência de uma elevada umidade relativa⁹. A floresta tropical atlântica encontra neste ambiente condições para realizar também nesta região uma de suas maiores penetrações no continente.

⁹ Confirmada pelo mapa esquemático de isoígras do continente, anexo ao trabalho de SERRA e RATISBONNA, "As massas de ar da América do Sul"

Estão, dêsse modo, conjugados todos os fatores que vão dar origem aos latossolos

O relêvo modesto e interrompido da parte oriental da Mantiqueira facilitou ainda a penetração das estradas de ferro e de rodagem, sem recorrer a rampas muito fortes. Assim, vencido o obstáculo da serra do Mar, as comunicações com o Rio de Janeiro, se fazem com a maior facilidade. Foi também por meio desta passagem larga e rebaixada que se fizeram, sem dificuldades, as ligações da capital da República com Belo Horizonte e com a Zona Metalúrgica.

Há, ainda, uma consequência econômica importante do relêvo a acrescentar às judiciosas conclusões de RUELLAN é a influência da altitude sobre a cultura do café na Zona da Mata. Por certo, as terras desmatadas, cultivadas e exauridas pelo café, não mais o produzem, qualquer que seja a altitude em que elas se encontrem, mas é também indiscutível que, a partir do nível dos 800-900 metros até a altitude de 1 200, os cafèzais têm maior duração e dão rendimentos mais compensadores. O *Coffea arabica* não suporta bem as temperaturas elevadas das terras baixas. Ele é nativo, como se sabe, dos planaltos tropicais da Abissínia. Há, portanto, também um fator geográfico — o clima, através da altitude —, e não somente um fator histórico — a marcha do povoamento — para explicar a maior produção atual de café no norte e nordeste da Zona da Mata.

CLIMA

A noção vulgar que o povo possui a respeito do clima de uma região é a do *tipo de tempo*. Esta noção, totalmente descritiva, significa o estado atmosférico predominante nas diferentes estações ou épocas do ano numa determinada área. É essa idéia que pauta a vida quotidiana dos habitantes de uma região, particularmente nas atividades rurais.

Os tipos de tempo na Zona da Mata se assemelham aos da cidade do Rio de Janeiro. No inverno cai pouca chuva, os dias são geralmente claros, com ventos fracos. As madrugadas e as manhãs são frias, acentuadas pela inversão de temperatura, fenômeno que se faz sentir de modo especial, em virtude do relêvo movimentado e porque o povoamento ocupa os vales. Os baixos estratos cobrem então com o manto espesso e alvo do nevoeiro os terrenos deprimidos onde estão as casas das cidades, vilas, fazendas e sítios. À proporção que o dia vai esquentando, a neblina se desfaz e sobe para ir formar estrato-cúmulos.

No verão, os dias são quentes na Zona da Mata, mas, à noite, as temperaturas costumam ser mais brandas que no Rio de Janeiro. As nuvens mais freqüentes são então os cúmulos e estrato-cúmulos, com o superaquecimento da tarde, é comum a formação de cúmulo-nimbos, que vão causar aguaceiros fortes, acompanhados, às vêzes, de trovões, e descargas elétricas, porém curtos e localizados (fig. 13). São chuvas de convecção, típicas dêste período do ano, que vai de outubro a março. As precipitações mais fortes caem em dezembro, ultrapassando em vá-

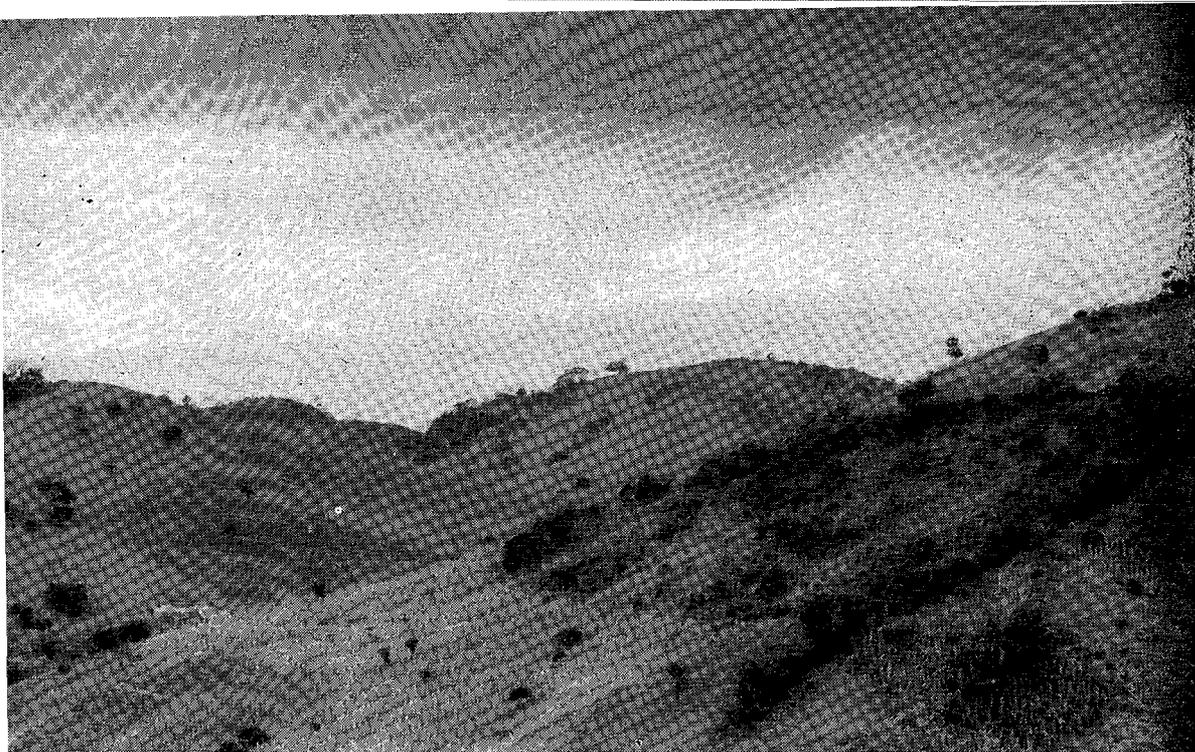


Fig 13 — Tipo de tempo de verão na Zona da Mata: nimbus produzindo chuvas de convecção. Relêvo fortemente ondulado, na estrada de Cataguases para Astolfo Dutra. Fazenda com milho e pastos de capim gordaúra para gado de corte

Foto Gilson Costa (CNG)

rios lugares 300 mm. Nesta fase da entrada do verão, entretanto, não se trata apenas de chuvas convectivas, mas sobretudo de chuvas frontais, já que nenhuma das massas de ar que invadem periódicamente a Zona da Mata assentou decisivamente o seu predomínio.

Estas chuvas têm características diferentes: são mais longas e generalizadas na região. Embora geralmente não sejam tão fortes quanto as chuvaradas de convecção, seus efeitos são mais danosos. Caindo durante dias seguidos, elas empapam o solo, os quais se saturam facilmente porque estão despidos da cobertura florestal e, além disso, são constituídos de argilas compactas. Somam-se então os efeitos perniciosos dessas tempestades: enchentes, erosão em lençol, ravinamento, deslizamentos coletivos de solo, entulhamento de leitos fluviais, além de prejuízos de natureza puramente econômica: desabamentos de casas, interrupção de comunicações, perda de colheitas, etc. H. O'R. STERNBERG estudou detidamente os resultados desastrosos de um desses temporais, ocorrido a 15 de dezembro de 1948¹⁰.

Para se entender a origem desses tipos de tempo e das ocorrências anormais, é necessário compreender o mecanismo das massas de ar que entram em jogo sobre a Zona da Mata, o qual por sua vez está vinculado a uma série de condições geográficas dessa região.

Dentre os fatores geográficos que vão exercer influência sobre o clima da Zona da Mata, sobressaem a situação e o relêvo.

¹⁰ HILGARD O' R., STERNBERG: "Enchentes e Movimentos Coletivos do Solo no Vale do Paraíba em Dezembro de 1948 — Influência da Exploração Destrutiva da Terra" *Rev Bras Geog*, ano XI, n° 2, abr — jun 1949

A região em causa está tôda compreendida entre os paralelos de 20° 15' e 22° 15' de latitude sul. Suas terras povoadas elevam-se geralmente a altitudes inferiores a 900 metros. Escapam ao limite dessa cota alguns picos isolados e alinhamentos de cristas, quase sempre desabitados, e, como exceções significativas, o maciço de Caparaó, no canto nordeste, e as serras da Araponga e do Brigadeiro, a nordeste do município de Ervália. Tais condições de latitude e altitude explicam a ausência de geadas, tanto é assim, que nas vizinhanças de Caparaó Velho, os cafézais sobem até a altitude de 1 200 metros, onde elas provavelmente começam a ocorrer.

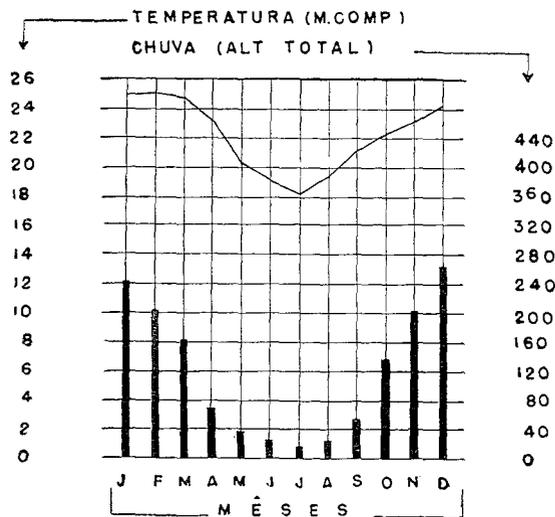
Outro aspecto não menos importante da situação geográfica da Zona da Mata consiste no seu afastamento do mar, pois tôda ela fica a mais de 100 quilômetros do litoral, em linha reta. Em decorrência disso, a influência termo-reguladora do oceano não é tão acentuada como na costa; o contraste de temperatura entre o dia e a noite é, por exemplo, mais sensível que no Rio de Janeiro, o mesmo sucedendo com a amplitude térmica anual.

A influência do relêvo se faz notar de maneira flagrante sôbre as temperaturas nas diferentes superfícies de erosão em que se decompõe a Zona da Mata. Tomando-se para têrmos de comparação Leopoldina, a 220 metros de altitude, Mar de Espanha, a 450 metros, e Viçosa, a 650 metros (fig. 14), pode-se verificar que as temperaturas médias anuais, bem como a média das mínimas e a média das máximas, diminuem à medida que as altitudes crescem, conforme o quadro abaixo:

ESTAÇÃO	Altitude (m)	Temperatura média anual	Média das mínimas no mês mais frio (julho)	Média das máximas no mês mais quente (fevereiro)
Leopoldina	220	22,2° C	11,4° C	31,5° C
Mar de Espanha	450	20,5	10,3	29,8
Viçosa	650	18,5	8,2	28,5

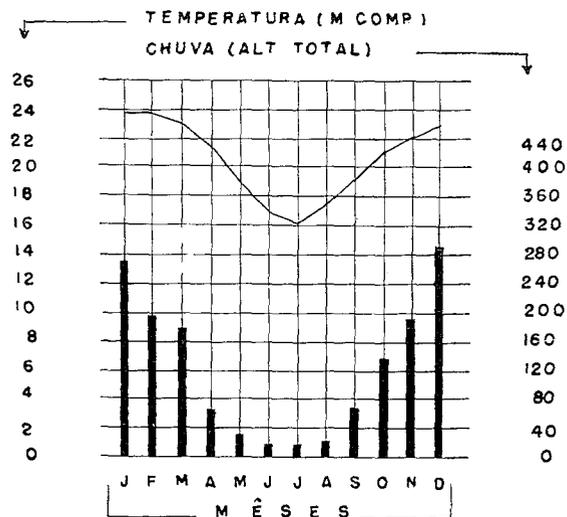
Tais circunstâncias vão refletir-se evidentemente, na classificação climática das diversas estações da Zona da Mata (mapa 2). Com efeito, a quase totalidade da superfície de Leopoldina está incluída na categoria dos climas *Aw*, de KÖPPEN, isto é, clima quente e úmido com chuvas de verão; as superfícies de Guarani-Rio Novo e a parte sul da de Ervália, estão compreendidas nos climas *Cwa*, ou seja, clima tropical de altitude com verões quentes e chuvosos. A parte norte dêste último nível (como os arredores de Viçosa e Santos Dumont), já se incluem no tipo *Cwb*, quer dizer, clima tropical de altitude com verões frescos e chuvosos.

LEOPOLDINA



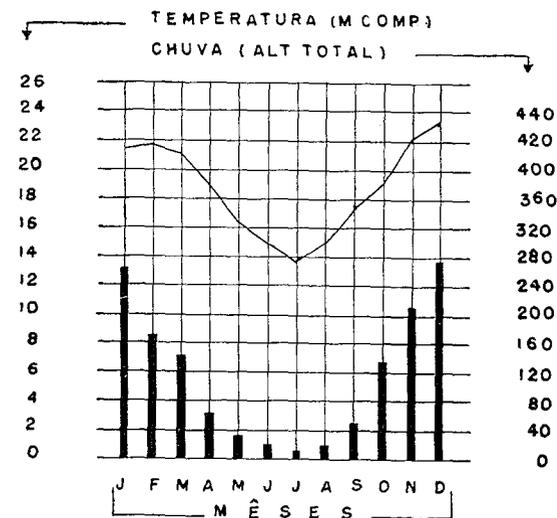
TOTAL ANUAL DE CHUVAS 1450,4
MÉDIA ANUAL DE TEMPERATURA 22,2
PERÍODO — 1918 — 1942
FONTE: SERVIÇO DE METEOROLOGIA

MAR DE ESPANHA



TOTAL ANUAL DE CHUVAS 1474,1
MÉDIA ANUAL DE TEMPERATURA 20,5
PERÍODO 1918 — 1942
FONTE: SERVIÇO DE METEOROLOGIA

VIÇOSA

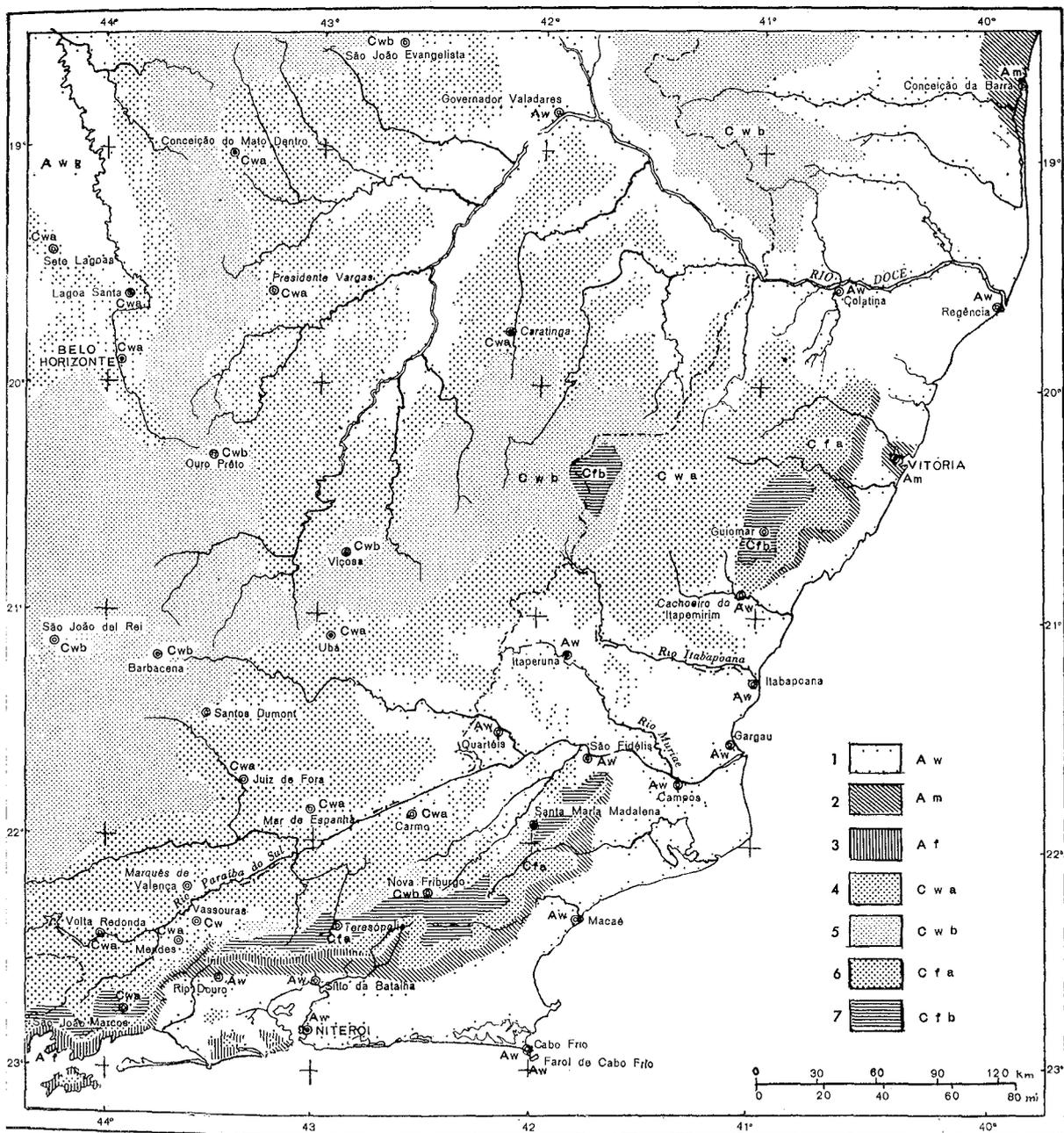


TOTAL ANUAL DE CHUVAS 1403,8
MÉDIA ANUAL DE TEMPERATURA 18,5
PERÍODO 1920 — 1942
FONTE SERVIÇO DE METEOROLOGIA

Fig. 14

O maciço do Caparaó, a nordeste da região, forma pequena ilha de um tipo climático à parte. A maior altitude provoca aí não só temperaturas mais amenas, mas também chuvas orográficas bem distribuídas, resultando assim um clima do tipo Cfb.

São ainda os fatores situação e o rebaixamento da parte oriental da Mantiqueira que explicam a predominância da massa tropical atlântica (Ta) na Zona da Mata, no outono, inverno e primavera. No in-



Mapa 2 — Climas da Zona da Mata

verno, especialmente, são comuns as invasões da massa polar atlântica (Pa), que provocam chuvas frontais.

No verão, entretanto, a região entra no domínio da massa equatorial continental (Ec), que aí instala o seu regime de chuvas de convecção; mas, nas estações intermédias, dá-se o choque desta massa com a Ta, gerando frentes quentes ou frias, segundo o agressor seja a primeira ou a última.

Estando a Zona da Mata próxima do limite em que as massas Ta e Pa mais avançam para o norte ou noroeste, acontece, de vez em quando, que uma frente fria aí se torna estacionária, desencadeando chuvas prolongadas e desastrosas, como a já referida de 1948.

DELIMITAÇÃO

Uma vez descritas sinteticamente as características físicas da Zona da Mata, pode-se esboçar uma delimitação com as regiões vizinhas.

É difícil dizer onde acaba uma região e começa outra, sobretudo com base em excursões de reconhecimento, em que as observações são obrigatoriamente superficiais. É necessário conhecer-se bem as características essenciais de cada uma para se poder opinar sobre os limites, pois a determinação destes exige uma generalização. Nem sempre se encontra um limite brusco, em que dois tipos de paisagem formam contraste. Ademais, se num trecho esse limite é estabelecido sobretudo quanto ao relêvo, noutro o poderá ser pela vegetação, pela economia, etc.

É aliás, um tanto paradoxal que, denominando-se a região em causa "Zona da Mata", não seja em termos de vegetação que se pode distingui-la de suas vizinhas, mas sobretudo de relêvo.

Já vimos acima que ela formava um manto florestal bastante homogêneo e compacto, que lhe valeu a denominação, mas este revestimento se prolongava, sem solução de continuidade, para o sul, pelo vale do Paraíba acima, e para o norte, pela mata do rio Doce.

O limite mais nítido que possui a Zona da Mata é o que lhe fica a oeste, separando-a da do Sul de Minas, que poderia ser também chamada, com propriedade, de "Planalto da Mantiqueira". O limite é justamente a escarpa desse planalto, a qual, aliás, é tradicionalmente conhecida pelo nome de serra da Mantiqueira. Ela não coincide rigorosamente com a linha separatriz entre as matas e campos naturais (mapa 1).

O linde sudoeste da Zona da Mata segue a linha tectônica chamada por RUELLAN de "falha de Carlos Euler", a qual é aproveitada pela ferrovia que liga Barra Mansa a Liberdade, em quase todo o seu percurso.

A delimitação pelo sul é muito mais imprecisa. Aí, não só a vegetação natural tende a uniformizar a paisagem da Zona da Mata e do

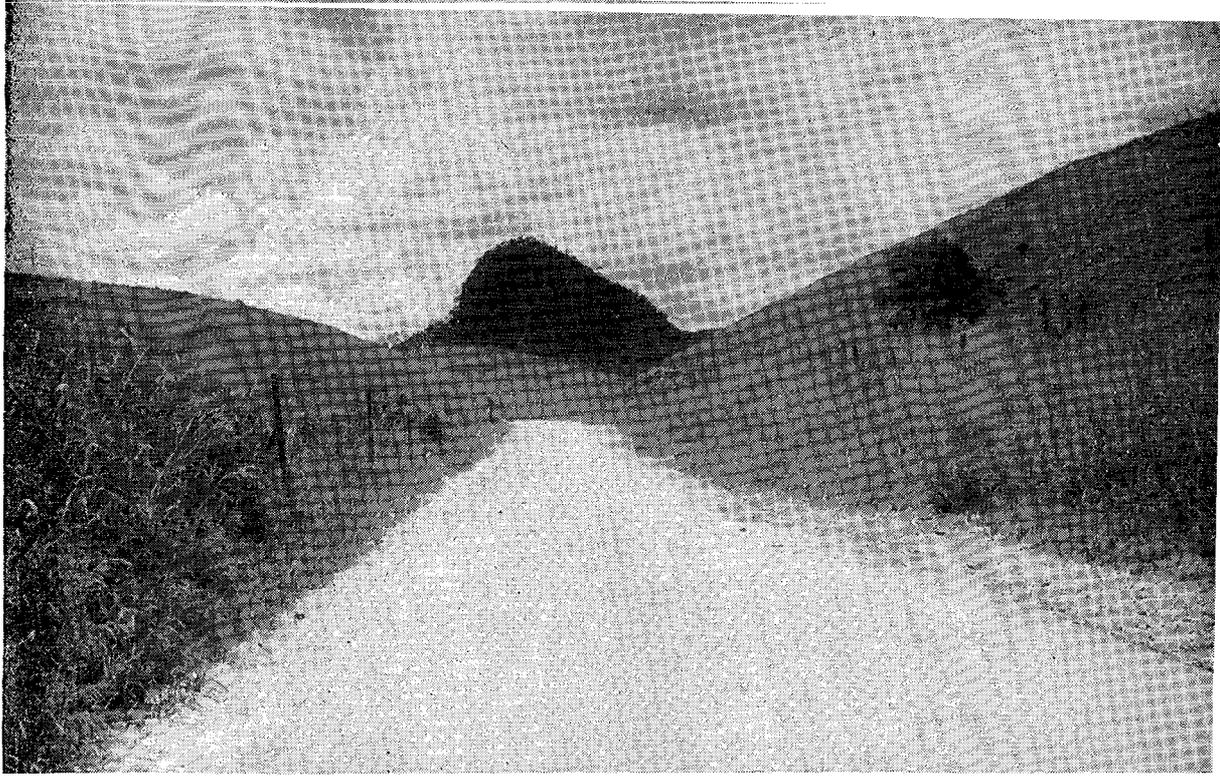


Fig 15 — “Monadnock” na estrada de Providência a Volta Grande, perto de Trimonte
Foto Gilson Costa (CNG)

vale do Paraíba; também elementos históricos, como a marcha do povoamento, a cultura do café, etc. A própria tectônica das duas regiões é semelhante: uma estrutura apalacheana que forma vales e cristas alinhadas. No vale do Paraíba, porém, êsse tipo de relêvo é muito mais pronunciado, tornando-se perceptível até no terreno: sucessão de serras orientadas, grandes estirões de vales retilíneos e paralelos. Na Zona da Mata isto também ocorre, mas de maneira muito mais disfarçada (mapa 1). Em certos trechos, há feixes dessas cristas que atravessam a região, deixando vestígios bem claros na morfologia e na drenagem, observáveis sobretudo nas fotografias aéreas. O exemplo mais perfeito disto é dado pelo alinhamento que cruza a Zona da Mata na direção NE-SW, de um extremo ao outro, e é cortado pelo rio Pomba entre Astolfo Dutra e Cataguases. Mas, de modo geral, esta não é a regra; há longos trechos em que não se pode discernir a estrutura apalacheana, nem no campo, nem na fotografia aérea.

Tais condições no vale do Paraíba tornam os gradientes muito mais acentuados, favorecendo, assim, a erosão dos solos, uma vez removida a cobertura florestal. Os sinais de erosão acelerada estudados por STERNBERG^{10a} são, portanto, muito mais evidentes e mais típicos do vale do Paraíba do que da Zona da Mata.

Pode-se então delimitar de maneira muito esquemática uma região da outra pela linha onde começa, do lado do interior, a faixa de relevo acentuadamente apalacheano. Esta linha, um tanto indecisa, penetra mesmo, na parte sul, no estado do Rio, seguindo o alinhamento que impede, numa longa extensão, a passagem do rio Prêto em direção ao

^{10a} Op cit

Paraíba. O vale inferior do Aventureiro, bem como as cidades de Volta Grande e Pirapetinga, ficam pois compreendidos na região do Paraíba.

Neste trecho em que a passagem de uma região para outra está pouco clara, a linha separatriz deve passar pelos arredores de Trimonte. Aí, o relêvo de morros tem um nível geral que corresponde ao da superfície de Leopoldina, mas do meio dêle erguem-se de vez em quando, *monadnocks* rochosos, em forma de pontões gnáissicos do tipo "pão-de-açúcar" (fig 15) Esta feição morfológica não é característica da Zona da Mata, mas da encosta atlântica fluminense e espirito-santense.

Entre os cursos do Pirapetinga e do Muriaé, a faixa de relêvo atormentado apalacheano é bem distinta e se separa da Zona da Mata por uma linha que passa por Miracema.

Já ao norte dêsse último rio, a transição é mais velada e, a partir da cidade de Itaperuna, começa, a bem dizer, a paisagem característica da Zona da Mata

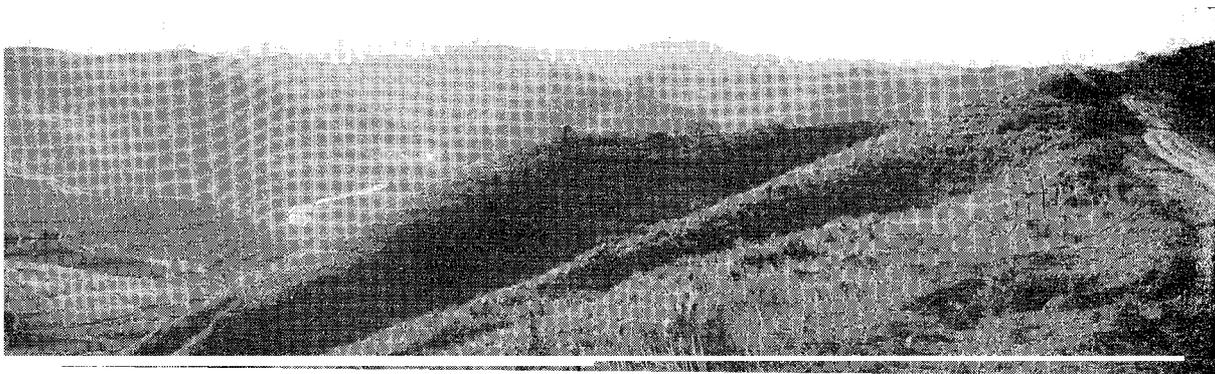
Novos alinhamentos se prolongam a partir dessa cidade na direção NNE até atingir o seu clímax no Pontão da Bandeira ¹¹.

Pelo lado norte, a região do rio Doce difere da Zona da Mata por muitos aspectos. Dêsses o mais importante parece ser ainda o relêvo, que naquela é mais dissecado. Os seus rios são mais caudalosos, correm encaixados, formando terraços, mas quase sem planícies aluviais. Ora cortando a estrutura, ora adaptando-se a ela, formam uma típica drenagem apalacheana, com traçado em baioneta, que se observa com muito maior clareza que na Zona da Mata. Um rio como o Pomba, por exemplo, atravessa a região de Cataguases a menos de 200 metros acima do nível do mar. Na região dos formadores dêle e do Muriaé, a 700 metros de altitude, antigos ciclos de erosão ainda estão conservados. Mas os rios da bacia do rio Doce, com descarga muito maior, já conseguiram rejuvenescer os seus perfis, encaixando-se fortemente em quase tôda sua extensão (fig 16). O Piranga em Ponte Nova, por exemplo, é um rio muito mais violento e perigoso do que o Pomba.

¹¹ Segundo informação verbal do geógrafo A. T. GUERRA, a Zona da Mata se prolongaria pelo planalto do sul do Espírito Santo, onde se reproduz a mesma paisagem regional.

Fig. 16 — Relêvo montanhoso, esculpido em rochas xistosas (sericitaxistós, gnaisse xistoso, micaaxisto) da Mantiqueira. Foto tirada entre Ponte Nova e Mariana, a 34 km desta cidade, olhando para oeste. Vale encaixado, à esquerda (rio Gualaxo do Sul?)

Foto Gilson Costa (CNG)



A cultura do café na região do rio Doce adquire importância que só encontra paralelo, na Zona da Mata, em suas partes norte e nordeste, que são mais elevadas.

Há na região do rio Doce muito mais capoeiras, capoeirões e matas secundárias do que na chamada Zona da Mata. Isto é devido a razões históricas: o povoamento daquela região se fez muito mais tarde, ao passo que nesta a devastação já está próxima de suas últimas consequências. Na região do rio Doce, a exploração florestal, representada pela produção de carvão vegetal e a extração das madeiras de lei, tem hoje em dia importância incomparavelmente superior à da Zona da Mata.

Estabelecidas essas premissas, pode-se definir a separatriz entre as duas regiões por uma linha que, no percurso de Teixeira a Ponte Nova, passa em um ponto elevado, situado a 12 quilômetros ao norte daquela cidade (e 23 quilômetros ao sul de Ponte Nova, pela rodagem); no trecho de Ponte Nova a Manhuaçu, em um ponto sobre a rodovia Paralelo 20, 12 quilômetros a leste da cidade de Abre Campo.

A zona do rio Doce parece intrometer-se como uma cunha entre a Zona da Mata e o planalto que lhe fica a oeste e a noroeste, o qual recebeu a denominação oficial de "Zona Metalúrgica". Até que ponto para o sul se faz essa penetração da zona do rio Doce na base da escarpa da Mantiqueira, não é do nosso conhecimento.

POVOAMENTO

A Zona da Mata permaneceu como terra sem história, uma área anecumêcia até o limiar do século XIX. Concorreram para isso razões naturais e razões políticas. Dentre as causas naturais avulta, sem dúvida, a densa cobertura florestal contínua, que constituía um obstáculo sério à penetração. Como um complemento a êsse obstáculo figuravam os índios que aí habitavam — cataguás, puris —, os quais não pertenciam ao grupo tupi. Representantes dêste grupo devem ter-se juntado aos primitivos ocupantes da Zona da Mata, em virtude de terem sido rechaçados pelos povoadores brancos da faixa litorânea.

Houve, entretanto, uma política deliberada, por parte do governo português, de manter as condições desfavoráveis dessa região. Desde o momento que passou a interessar o seu desbravamento, tanto o governo — a princípio lusitano, depois brasileiro —, quanto os colonos, por iniciativa própria, facilmente venceram o homem e a natureza agrestes.

A política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e a abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir o que na linguagem da época se chamava "o descaminho do ouro", isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando as aluviões auríferas das Minas Gerais já estavam esgotadas.

Houve em tudo isto uma exceção, permitida aliás pelo próprio governo. No auge do ciclo da mineração, em 1720, GARCIA RODRIGUES PAIS, filho do "Caçador de Esmeraldas", rasgou uma estrada através do ângulo sudoeste da Zona da Mata e do vale do Paraíba, alcançando o Rio de Janeiro.

Por que esta exceção? Para explicá-la, devemos admitir que, antigamente, administrar era fazer estratégia.

As Minas Gerais foram descobertas pelos paulistas, os quais partiram de Piratininga e Taubaté. Para êstes centros é que descia o ouro pelas picadas abertas pelos bandeirantes através das gargantas da Mantiqueira, em seguida, transpunha a serra do Mar, ganhando o litoral paulista e o da baía da Ilha Grande. Daí, o metal precioso era levado por mar ao Rio de Janeiro. Esta última etapa tornava-se cada vez mais perigosa, quanto mais ousados se mostravam os piratas.

Foi por isso que o governo colonial julgou por bem abrir uma estrada que da região das minas levasse diretamente ao Rio, encurtando o trajeto e evitando o percurso marítimo. O Caminho Novo, de GARCIA PAIS, foi a diretriz que serviu mais tarde ao traçado da Estrada União e Indústria, e que ainda é seguida em nossos dias, em suas grandes linhas, pela moderna rodovia Rio-Belo Horizonte.

Abriu-se assim a primeira via de circulação através da Zona da Mata. Nenhuma outra estrada, até centenas de quilômetros para leste e para oeste, atravessava aquêlo mar de verdura denso e sombrio, mais difícil de transpor do que as nossas serras mais altas. O Caminho Novo era uma artéria estreita, porém única numa longa extensão, e vital para o organismo da Colônia.

Para atender à circulação intensa de tropas, pessoas e mercadorias organizaram-se os pousos. Êstes precisavam assegurar a alimentação de pessoas e de animais, tanto quanto possível com os recursos locais. Foram-se abrindo assim as roças ao redor dêsses núcleos embrionários para garantir a subsistência.

A fiscalização contra os desvios de ouro era preocupação constante. Foram instalados, por isso, os seus postos, chamados "registros". O primeiro foi o Registro do Campo, no ponto em que a estrada penetrava na floresta. Êste foi o núcleo inicial de Barbacena.

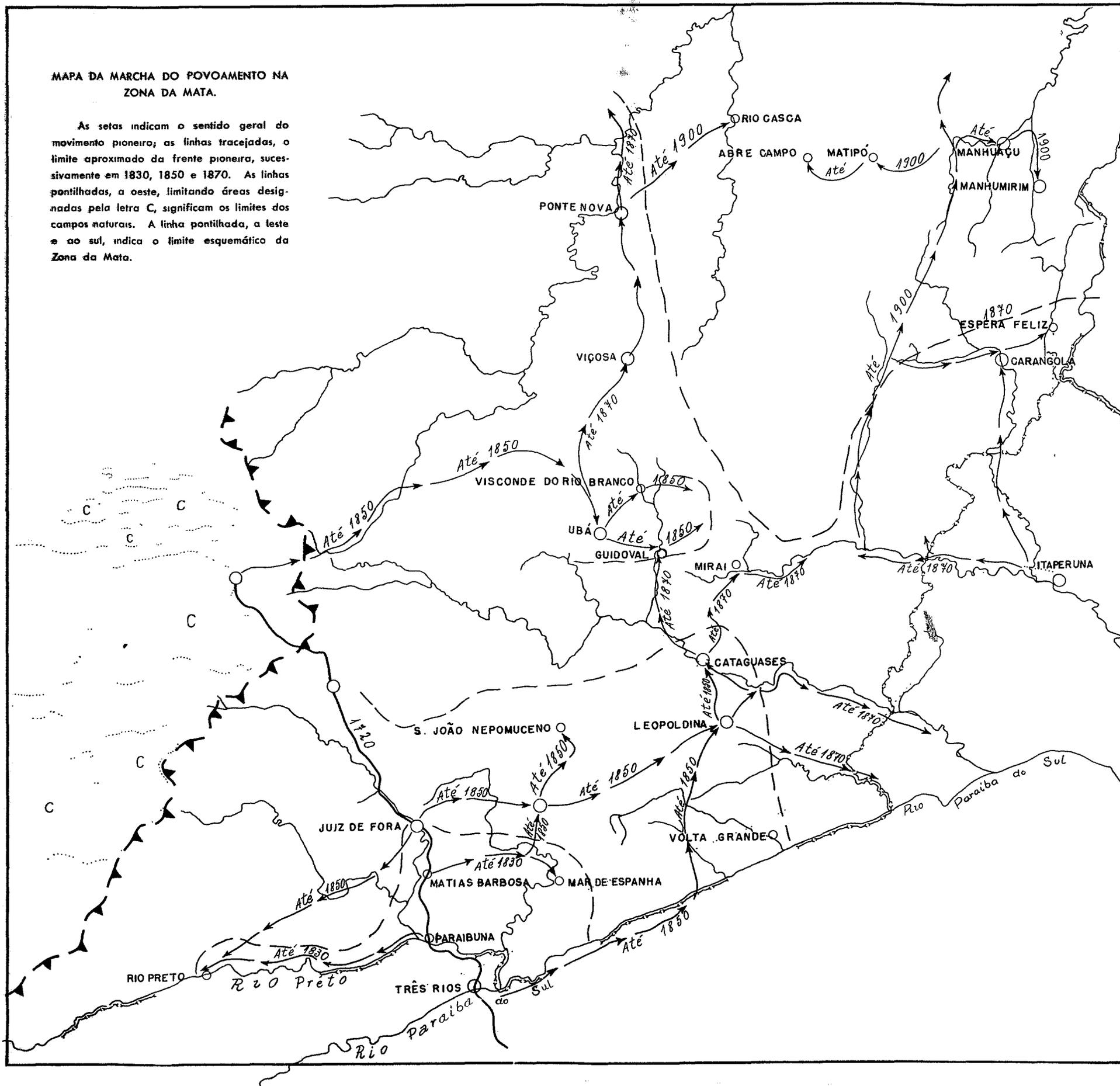
A administração da região das minas tornara-se rapidamente uma questão assaz complicada. Antes mesmo da abertura do Caminho Novo, os problemas locais exigiram a sua separação da capitania do Rio de Janeiro em 1711, juntamente com São Paulo, criando-se a capitania dêste nome.

Esta ligação foi efêmera, pois que em 1720 criou-se a capitania das Minas Gerais, tanto mais que, sendo aberto neste mesmo ano o Caminho Novo, sua ligação direta com o Rio de Janeiro não mais justificava aquela dependência política.

Para a Zona da Mata esta evolução política teve conseqüências: criaram-se no Caminho Novo, nos limites entre as duas capitanias, postos aduaneiros para a cobrança de impostos.

MAPA DA MARCHA DO POVOAMENTO NA ZONA DA MATA.

As setas indicam o sentido geral do movimento pioneiro; as linhas tracejadas, o limite aproximado da frente pioneira, sucessivamente em 1830, 1850 e 1870. As linhas pontilhadas, a oeste, limitando áreas designadas pela letra C, significam os limites dos campos naturais. A linha pontilhada, a leste e ao sul, indica o limite esquemático da Zona da Mata.



SAINT-HILAIRE nos deixou uma descrição viva do que eram estas al-fândegas internas cêrca de um século mais tarde, isto é, por volta de 1820. No Registro do Paraibuna estava o fisco fluminense e em Matias Barbosa, o mineiro¹². Graças a essa importante função administrativa, Matias Barbosa era, nesse tempo, o maior aglomerado da Zona da Mata. Juiz de Fora era então um centro tão diminuto que apenas é citado de passagem, mais para explicar o seu curioso nome que por outro motivo.

O arguto sábio francês por aí passara rapidamente a caminho do planalto. Só tivera, por isso, oportunidade de observar roças e capoeiras ao redor de Matias Barbosa, quando, nessa época, já se haviam iniciado na Zona da Mata, e particularmente nessa área, profundas transformações econômicas. AFONSO DE E. TAUNAY¹³, citando ESCHWEGE, relata que, em 1809, a capitania de Minas exportou "9 707 arrôbas de café, das quais 9 256 oriundas das cercanias de Matias Barbosa".

As transformações aludidas decorreram de fatos verificados na região das minas. No fim do século XVIII, os sedimentos auríferos deram sinais de esgotamento. Premida, além disso, por legislação draconiana que não admitia tal hipótese, a população das minas abandonou as lavras e realizou uma migração centrífuga, em busca de novas terras para lavoura, indo povoar as regiões de Franca e Batatais, em São Paulo, do vale do Paraíba e da Zona da Mata.

Não bastou ser suspensa a interdição sôbre a Zona da Mata para que ela se tornasse uma zona pioneira. Aí está o testemunho de SAINT-HILAIRE, que nada viu de importante, mesmo em Matias Barbosa, então a sua área mais próspera. Efetivamente, a produção de 9 000 e tantas arrôbas, isto é, menos de 3 000 sacas de café, parece-nos ridícula quando comparada às zonas produtoras atuais. Faltava ainda a mola econômica, representada pelo surto cafeeiro, que iria desencadear o maior movimento pioneiro jamais realizado em terras de Minas Gerais. Êste movimento é mais do que gêmeo, é xifópago do que se verificou no médio Paraíba. Tem com êste ligações espaciais — regiões contíguas; históricas — na mesma época: a partir da década de 1830; econômicas — o mesmo produto comercial: o café, a mesma estrutura agrária e social: o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata; demográficas e raciais — o estoque luso-brasileiro vindo do centro de Minas, superposto à camada escrava de negros africanos.

É inútil procurar vestígios da marcha pioneira na Zona da Mata antes de 1830. Existiram, sim, penetrações de precursores que abriram picadas e fundaram núcleos isolados através da floresta virgem. Está neste caso o notável exemplo do militar francês GUIDO THOMAZ MARLIÈRE, que em 1828, teve a missão oficial de abrir uma comunicação entre a região das minas e os campos dos Goitacases. O govêrno da então província de Minas Gerais tentava fomentar o comércio e o afluxo de

¹² A DE SAINT-HILAIRE: *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, tomo 1.º, Col. Brasileira, vol. 126, 1938

¹³ In *Pequena História do Café no Brasil*, p. 45

novas populações, facilitando suas comunicações com a costa. Mas, ao invés disso, estas estradas serviam somente para facilitar a fuga da população do centro de mineração decadente.

MARLIÈRE fêz obra gigantesca. Estabeleceu-se em plena mata, fundou arraiais e fazendas, pacificou índios (fig 17). Nunca, porém, se deverá dizer que com êle veio o povoamento maciço, é possível que êle tenha até recrutado mão-de-obra indígena.

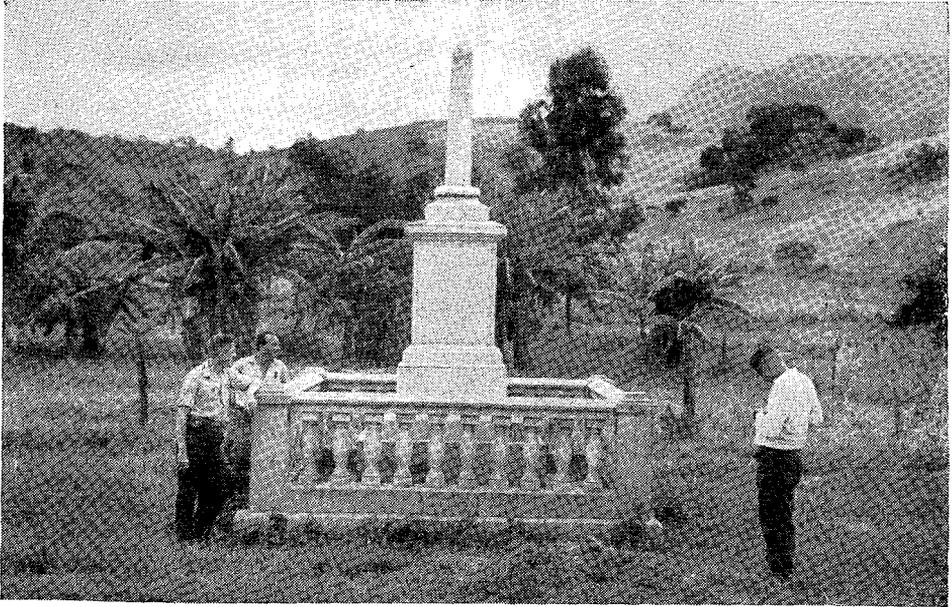


Fig 17 — Monumento a Guido Thomaz Marlière, civilizador dos índios, falecido em 1836, erguido no local de sua antiga fazenda Guidowald, a 10 km da cidade de Guidoal

Foto Gilson Costa (CNG)

Esta ocupação de precursores é fenômeno comum nas zonas pioneiras, e depois que a frente do povoamento invade a região, praticamente nada resta da paisagem anterior. MONBEIG dá-nos um exemplo semelhante desta ocupação precursora na zona pioneira do planalto paulista¹⁴, levada a efeito por mineiros, entre os quais sobressai o nome de JOSÉ TEODORO DE SOUSA.

A marcha da ocupação maciça na Zona da Mata proveio de duas direções: do oeste e do sul; muito mais desta que daquela, de maneira que a resultante teve uma direção geral para nordeste, e talvez até para NNE. Teriam os povoadores seguido a direção dos vales estruturais, cuja direção das camadas teriam assim orientado a ocupação humana? Uma conclusão dessa natureza faria transbordar de alegria a um determinista ratzeliano, mas a verdade é que os deslocamentos precisos da frente pioneira na Zona da Mata são desconhecidos, devido à falta de estudos a respeito. Por outro lado, não é menos verdade que os vales de fraturas ou falhas transversais tiveram, e têm até hoje, papel importantíssimo no povoamento e nas comunicações.

¹⁴ P. MONBEIG: *Pionniers et Planteurs de São Paulo* Livro A Colin

As fontes bibliográficas que permitem a reconstituição, ainda que esquemática, da marcha do povoamento na Zona da Mata são muito escassas. TAUNAY¹⁵ ainda é uma das principais, CARLOS PRATES nos dá indicações muito mais pormenorizadas, relativas ao princípio deste século (1905), baseado em pesquisas de campo¹⁶, e EDMUNDO SIQUEIRA fornece dados indiretos, referentes à evolução regional da rede ferroviária¹⁷. Todos êles, porém, dão indicações vagas de municípios onde, em determinada época, a produção cafeeira estava muito alta, ou de quando lá chegou a ponta dos trilhos.

Da leitura desses textos e de outros de menor importância, pode-se inferir que, na década de 1830, a frente pioneira, partida das vizinhanças de Matias Barbosa, andaria pelos arredores de Mar de Espanha¹⁸. No decênio de 1850, já fôra ultrapassada a região de São João Nepomuceno, para leste, Leopoldina se arvora em capital de uma região cafeeicultora recém-aberta, e para oeste, a partir de Juiz de Fora e Matias Barbosa, a onda povoadora atinge Rio Preto, cuja ocupação fôra timidamente iniciada nos anos de 30.

Para o norte, a penetração se processa rapidamente, de modo que, ao terminar a década de 1870, a frente do povoamento já deveria extravasar da Zona da Mata. Isto se deve, em grande parte, à circunstância de que o fluxo povoador vindo do sul encontrou em Ubá e áreas vizinhas povoamento mais antigo, proveniente do oeste. Esta onda povoadora, entretanto, não progrediu muito para leste, ficou formando um *front* estático, por falta de mercados. Dedicaram-se à criação de gado e cultivaram cana, café, mas sobretudo roças de subsistência. Embora possuindo vastos latifúndios, êstes lavradores permaneceram pobres. Em 1905, quando CARLOS PRATES percorreu a região, encontrou aí, por isso, terrenos muito devastados, com "grandes extensões em campos de capim gordura e capoeira" e "poucas matas virgens e capoeirões"¹⁹.

Para leste, pouco progrediu a zona ocupada nesse período. Abriu apenas comunicações precárias, descendo os vales do Pirapetinga e do Pomba.

Pelo vale do Carangola acima, o povoamento, que já deveria ter-se iniciado nos anos de 1870, alastrou-se com intensidade nos dois decênios seguintes, prosseguindo para o norte pelo vale do Manhuaçu abaixo (bacia do rio Doce), a tal ponto que, ao manifestar-se a primeira grande crise de superprodução de café em 1905, a zona pioneira já atingira os atuais municípios de Manhuaçu e Abre Campo, nos limites norte-orientais da Zona da Mata.

A ocupação de toda esta vasta área, que se prolongou por mais de 70 anos, não se poderia fazer sem algumas transformações na sua estrutura econômica e social.

¹⁵ Op. cit. e *História do Café no Brasil*, vol. 3.

¹⁶ CARLOS PRATES: *A lavoura e a indústria na Zona da Mata*. Belo Horizonte, 1906.

¹⁷ EDMUNDO SIQUEIRA: *Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company, Limited*. Rio, 1938.

¹⁸ A. E. TAUNAY: *Pequena História do Café no Brasil*, p. 61.

¹⁹ CARLOS PRATES, op. cit. p. 48.

A princípio, como legítimo rebento da região do médio Paraíba, a Zona da Mata se apresenta com estrutura agrária idêntica: é uma franja pioneira, formada de latifúndios cafeeiros, baseados na mão-de-obra escrava. Por isso, nas vizinhanças do Paraíba, PRATES encontrou ainda, em 1905, fazendeiros pertencentes a tradicionais famílias da “nobreza do café”: um TEIXEIRA LEITE, um BREVES, o barão de GUARAREMA, no distrito de Além Paraíba; o conde de NOVA FRIBURGO, com uma fazenda em São Manuel, hoje chamado Eugenópolis. Era tóda uma estirpe, de hábitos refinados, muito bem descrita por ALBERTO R. LAMEGO²⁰.

A essa aristocracia rural vieram muito cedo juntar-se, na camada superior da sociedade da Mata, descendentes de tradicionais famílias mineiras, que passaram a controlar tóda a vida econômica, política e social da região até o fim da primeira República (1930). Esta gente formava uma classe de senhores rurais sem títulos nobiliárquicos, uma espécie de nobreza sem crachás, pois não era menos fechada, nem menos cônica dos seus direitos. Eram os MONTEIRO DE CASTRO, os JUNQUEIRA, de Leopoldina; os TOSTES, de Juiz de Fora; os RESENDE, de Cataguases, e tantos outros.

Até a Abolição, as construções rurais na Zona da Mata reproduziram fielmente os modelos do vale do Paraíba: a casa grande, vasta, acachapada, quase sempre de dois pavimentos; muitos quartos, paredes grossas, janelas de guilhotina envidraçadas e telhados grandes, formando largos beirais, com telhas de meia calha. Às vèzes, tem uma varanda atrás ou do lado, dando para o terreiro, que é um grande quadrilátero cercado pelas casas da senzala. Durante o dia, no período da colheita, o fazendeiro podia assistir confortavelmente da varanda à secagem do café. À noite distraía-se tóda a família com a música dolente, os batuques e as danças dos escravos. Velava, assim, de perto o fazendeiro as suas “peças da Guiné”, que representavam o seu maior empate de capital e que, com o decorrer do tempo, se foram tornando cada vez mais caras.

O conjunto das habitações grupavam-se, dêste modo, junto às sedes das fazendas, que iam pontilhando os vales para obter fãcilmente água para as pessoas e animais, para os serviços da casa, o monjolo, as moendas, ao mesmo tempo que a floresta retrocedia. Formou-se assim um *habitat* nucleado, seguindo uma diretriz linear que era o vale

Pelas encostas das vizinhanças estendiam-se os cafèzais quase sempre de forma quadrangular, cujos arbustos se alinham em fileiras paralelas segundo as linhas de maior declive. A Zona da Mata jamais conheceu cafèzais muito extensos; nada que se assemelhasse à paisagem de “mar de café” do planalto paulista. As culturas, embora numerosas, ocupam áreas relativamente pequenas. São formadas à custa do solo florestal cuja mata é derrubada. Quando o cafèzal é novo plantam-se culturas intercaladas de feijão, arroz e mais comumente milho.

²⁰ A R. LAMEGO: *O Homem e a Serra*

Esquemáticamente, assim se pode delinear a paisagem das novas regiões cafeeiras do século passado, na Zona da Mata: nos morros e encostas mais altas, ficava a floresta; nas vertentes inferiores, o café, isolado quando adulto, e com culturas intercalares, quando novo; nos vales, pastos, fazendas, currais, estradas, etc., paisagem humanizada, enfim.

Tôda esta organização foi feita graças ao trabalho do negro, que até hoje é chamado indolente; desde a devastação da floresta para "abrir a fazenda", construção das casas, plantio, capinas, colheita, tudo enfim. Isto explica porque, no censo de 1872, de uma população de um milhão e meio de escravos, havia nas três grandes províncias cafeeiras do Brasil cêrca de 820 000. E destas três: Minas, Rio e São Paulo, era a primeira a que possuía o maior contingente de cativos, com 370 000, em números redondos²¹. Ora, nesse tempo, era a Zona da Mata, por larga margem, a principal região agrícola e a mais próspera de Minas Gerais. É de supor, portanto, que aí estivesse uma fração apreciável dos escravos.

Combinando com o primitivismo do sistema de exploração e das relações de produção estava o sistema de transportes. Todo o café produzido em Minas, assim como o do vale do Paraíba, era conduzido para os portos de mar por tropas de muares. Não foi por outro motivo que a província de Minas importou, no decênio terminado em 1862, 150 000 bêstas de carga²².

O transporte por muares não estendeu indefinidamente as suas linhas: em 1867, a estrada de ferro chegou a Entrerrios (atual Três Rios), no limiar da Zona da Mata. Daí, por diante, as tropas se deslocavam apenas entre as áreas de produção e as estações terminais. O trem era meio de transporte barato, de grande capacidade de carga e muito mais rápido. Portanto, êle estimulava uma penetração maior das fazendas de café, fazendo avançar mais depressa a frente pioneira.

A evolução ferroviária na Zona da Mata deu-se sempre na retaguarda da franja pioneira.

Nunca se deu aí um exemplo como o da Noroeste do Brasil, no planalto paulista, que avançou sôbre a mata virgem. A rêde de estradas de ferro cresceu, entretanto, de maneira desordenada, caótica, devido a vários fatores: falta de um plano diretor único, seguido pelos diversos governos do estado; constituição de várias pequenas emprêsas privadas independentes e, por fim, o relêvo em geral fortemente ondulado, típico das rochas cristalinas em clima tropical úmido. Nestas condições, quando a Leopoldina Railway conseguiu encampar tôdas as pequenas companhias, viu-se a braços com um dédalo de linhas e ramais.

Tal desenvolvimento teve, sem dúvida, como resultado um aumento espetacular na produção. Infelizmente, faltam-nos dados que se refi-

²¹ A E TAUNAY, op cit, p 166

²² Id, ibid, p. 63

ram apenas à Zona da Mata, porém êles se refletiram na exportação e na produção global de café na província, por ser aquela a principal área produtora da rubiácea. Já vimos que, em 1818, Minas exportou 9 739 arrôbas,

em 1835 —	163 000	arrôbas;
em 1843 —	264 000	" ;
em 1860 —	1 300 000	" ,

estás no valor de 4 000 contos de réis. Quanto à produção, a safra de 1857/58 foi de 757 733 arrôbas, a de 1867/68 foi de 2 149 354 arrôbas²³

Esse notável progresso econômico encerrava em seu bôjo certas contradições que se foram agravando e resultaram em mudanças na estrutura social.

A abolição do tráfico de escravos em 1850 acarretou a liberação de capitais que foram aplicados em investimentos em outros ramos de negócio. Bancos, fábricas, estradas de ferro foram então inaugurados. Capitais estrangeiros começaram também a afluir, atraídos pelo vulto dos negócios. Em 1861, um industrial de Juiz de Fora, MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAJE concluiu a estrada carroçável União e Indústria, ligando aquela cidade à Raiz da Serra, através do vale do Piabanha²⁴. Juiz de Fora firmou-se então como centro industrial ímpar na região até os nossos dias.

O progresso dos meios de transporte na Zona da Mata e desta com o litoral trouxe um novo entusiasmo pela lavoura do café, sempre remuneradora; mas esta, por sua vez, chocou-se com um obstáculo que foi a falta de mão-de-obra, visto que a sua fonte principal, o tráfico, fôra eliminada. Outro recurso não tiveram então os fazendeiros, antes mesmo da libertação dos escravos, em 1888, senão transigir e criar novas relações de produção mais liberais, e essas foram os regimes de meação e o da diária.

A promulgação da Lei Áurea não causou, porém, o desastre econômico generalizado que os historiadores conservadores costumam proferir, nem na própria Zona da Mata. Naturalmente, os senhores mais cruéis ficaram sem ninguém, de uma hora para outra; mas não é menos verdade que a abolição total do cativo já era esperada desde a cessação do tráfico, que cada vez mais se tornava difícil e caro adquirir escravos, e que a escravatura se desmoralizara perante a opinião pública. E a prova de que a situação econômica não se deteriorou é que a marcha do povoamento com base na cultura do café não se deteve; prosseguiu para o nordeste da Zona da Mata, induzindo a que, na segunda década deste século, os trilhos se prolongassem desde Carangola até Manhuaçu, onde chegaram no fim de 1915.

Quando se realizou o primeiro censo agrícola no Brasil, em 1920, eram Manhuaçu e Carangola os dois principais municípios cafeeiros do

²³ Id., *ibid.*, pp. 61-2 e 102

²⁴ Id., *ibid.*, p. 63

estado de Minas Gerais. A lavoura da Mata “ainda representava 40% da área ocupada pelo quase meio milhão de cafeeiros de Minas”²⁵.

O testemunho que CARLOS PRATES nos proporciona sobre a situação da agricultura na Zona da Mata em 1905 é tão pormenorizado que nos permite fazer uma comparação com a situação atual, retratada no mapa 4²⁶. Por êle conclui o leitor que a onda cafeeira, nessa época, já deixara atrás de si, na parte sul da região, aquela paisagem que conhecemos hoje, triste, vazia, de contornos aveludados, dos pastos de capim gordura. Os cafêzais já estavam aí em plena decadência, com rendimentos baixos: nos municípios de Além Paraíba, Mar de Espanha e Palma eram estimados, na média, em 30 arrôbas por mil pés; nos de Juiz de Fora e Rio Prêto, em apenas 25 por mil pés! Sômente 5,1% da área do distrito da sede municipal de Além Paraíba estariam, segundo PRATES, ocupados ainda por cafêzais.

Naquelas terras cansadas, só a pecuária extensiva remunerava. Mas a orientação para a criação de gado de leite ainda não estava definida; tanto que, sem citar números, a predominância do gado zebu é indicada, embora haja referência, em plano secundário, às raças holandesa e schwytz. A única área que parecia já ter definido a sua “vocação leiteira” era o então distrito de Volta Grande, que exportava 1 100 litros diários de leite para o Rio de Janeiro.

Leopoldina, que é hoje o maior município leiteiro da Mata, também criava mais gado zebu e, em menor proporção, o holandês e o schwytz. O café aí já estava decadente, mas a cultura do arroz de brejo, que se prolongava pelo ramal férreo do alto Muriaé, proporcionava os seus rendimentos mais altos da região.

Igualmente decadente estava a cafeicultura na maior parte do município de Cataguases, que tinha muitos pastos de capim gordura e pouco gado para exportar, excetuando-se o distrito de Santo Antônio de Muriaé, atual município de Mirai, então com seus cafêzais em plena produção.

Os municípios mais ricos em café na Zona da Mata eram os de Muriaé, São Manuel e Carangola, cujas plantações rendiam, em média, 40 a 45 arrôbas por mil pés. Êste último, além de possuir área maior que hoje em dia, pois abrangia também os atuais municípios de Divino, Tombos, Faria Lemos e Espera Feliz (então distrito de São Sebastião da Barra), era o entreposto do café produzido nas zonas novas de Manhuaçu, Abre Campo e Caratinga.

Em Guarará, cujos cafêzais tinham alto rendimento (50 arrôbas por mil pés, no distrito da sede), PRATES aceita uma possível correlação entre cultura do café e altitude, quando transcreve: “Os cafêzais neste município, dizem, têm grande duração, a qual é atribuída a não ser o seu clima muito quente”.

²⁵ Id., *ibid.*, p. 394

²⁶ C. PRATES, *op. cit.* É lastimável que suas observações tenham sido apresentadas com um método antiquado, município por município, que dificulta uma visão sintética dos problemas da região

Rio Branco, que tem agora acrescentado ao nome o título de Visconde, já tinha definido o seu pendor para a indústria açucareira, pois produzia 55 400 toneladas de cana e possuía 126 engenhos, sendo um central.

No entanto, Viçosa e Ubá, como municípios de povoamento velho, chamam a atenção pelos sintomas de decadência, sobretudo pelas áreas em pastos e capoeiras. Sobre o último, PRATES registra dados de grande interesse, obtidos num relatório acompanhado de minuciosa planta, ambos de autoria do engenheiro TOFFOLI²⁷, referentes ao ano de 1900. Assim, mais de 1/3 da área de Ubá estava em capoeiras e capoeirões; se a estes juntarmos os samambaias e taquarais, e também os pastos e capinzais, perfaríamos mais de 50% da área total do município. Os cafêzais ubaenses estavam, na maioria, em comêço de decadência, a produção de cana diminuindo, mas, em compensação, as de milho, arroz e fumo, em aumento. Estes dados indicam que estava em elaboração a paisagem atual do município, especialmente no distrito de Santo Antônio das Marianas (atual distrito de Tuiutinga, pertencente ao município de Guiricema), onde só existiam pequenos lavradores.

A cultura do fumo, cujas operações até a cura final dos rolos são bem descritas, estava na dependência dos solos florestais; tinha, por isso, em Carangola, que era uma zona nova, a produção mais reputada do estado. E, além de Ubá, também Pomba (hoje Rio Pomba) e Rio Novo o cultivavam, mas neste último estava cedendo lugar à cultura do café.

Na parte oeste, a franja pioneira já tinha extravasado para Ponte Nova, onde se encontravam ainda muitas matas virgens, bons pastos, engenhos e cafêzais com altos rendimentos, bem como outros ainda novos, sem produção. As reclamações dos lavradores aí eram típicas das zonas novas: pediam “braços para a lavoura”, fretes baixos e vias de comunicação.

Sobre o conjunto da Zona da Mata são feitas algumas sucintas observações gerais, que indicavam para a cultura do café já uma situação de decadência, pois lhe atribuía um rendimento médio de 35 arrôbas por mil pés. Quanto ao processo de beneficiamento, tinha havido modernização, visto que se difundira na Zona da Mata o emprêgo das máquinas de Ahrens e Lidgerwood. A cultura do arroz revelava situação igual à atual.

Particularidade notável, sobretudo para um pesquisador brasileiro antigo, é a preocupação constante de PRATES em registrar, em todos os municípios que visitou, as relações de produção usuais entre fazendeiros e empregados, às quais êle designava pela expressão de “sistema de custeio das lavouras”. A êsse respeito, conclui êle que, na cultura do café, adotava-se, em regra “o sistema da meação, em que o colono (meeiro) fica também com o direito de cultivar, para si, cereais no meio dos cafêzais”²⁸.

²⁷ WASHINGTON PELUSO ALBINO, in *Pequenos Rios — Alma de uma Civilização Rural*, cita-o pelo nome J de TAFOLO, o que suscita dúvidas sobre a grafia correta do nome.

²⁸ C. PRATES, op. cit., pp. 132-3.

O sistema da meação traz vários inconvenientes, e PRATES mesmo aponta a circunstância de que o meeiro “liga, com alguma razão, mais interesse” à cultura intercalar “do que à do café, de forma que os cafèzais são abafados e aperreados com a plantação do milho, justamente na idade própria ao seu desenvolvimento” (do café, é claro) “e na estação adequada a êste, já não se considerando o empobrecimento que traz à terra e que não me parece ser o maior mal”²⁹. Transparece aí a preocupação do agrônomo, cujo centro de interesse gravita sempre em tôrno do bom desenvolvimento das culturas. O sistema da meação tem, entretanto, defeitos de natureza econômica e social muito mais graves. Êle foi aplicado, pela primeira vez no Brasil, na fazenda Ibi-caba, do senador VERGUEIRO, perto de Limeira, São Paulo, em meados do século XIX. Desde o início suscitou, no seu próprio lugar de origem, questões sociais cada vez mais agudas, nas quais os colonos tiveram o apoio integral dos seus países natais. J. FERNANDO CARNEIRO faz análise muito correta dessa questão³⁰.

O mal básico do sistema de meação é que êle agrilhoa o lavrador à empreitada do fazendeiro. Teòricamente, se tudo corresse bem, ambos deveriam prosperar; mas quando a lavoura vai mal, por um motivo qualquer (más colheitas, superprodução, geadas, etc.), o fazendeiro tem, geralmente, reservas e crédito suficientes para superar a dificuldade, porém o meeiro é levado à bancarrota e à fome. Na prática existe, além disso, outro mal, vinculado ao sistema da meação: é que, não havendo salário, o lavrador e sua família dependem, para viver, de adiantamentos entregues pelo fazendeiro, o qual geralmente os faz não em dinheiro, mas em espécie, na venda da fazenda, a preços quase sempre exorbitantes. Fica, assim, esta forma de parceria ligada ao regime do “barracão”, dos “vales”, ou que outro nome lhe dêem.

A fim de pôr têrmo ao regime da “meia”, PRATES sugere “o estabelecimento, em diversos pontos, de núcleos coloniais modestos para fornecer braços à grande lavoura do café, evitando-se o mau sistema geralmente adotado no estabelecimento do colono como meeiro do café e com direito a cultivar, para si, cereais no meio do cafèzal que lhe é entregue³¹. Êste é um raciocínio muito corrente ainda hoje no Brasil, que, a pretexto de salvar uma lavoura valorizada, o que faz, na realidade, é pôr à disposição dos senhores da terra um mercado de mão-de-obra a preço vil, em detrimento da constituição de uma classe média pujante e bem organizada. De fato, que se poderá esperar de “núcleos coloniais modestos” perdidos no meio de um oceano de latifúndios e onde tôda a estrutura econômica e política está organizada para servir a êstes? Premido por dificuldades econômicas, muito em breve o pequeno proprietário será levado a alugar a sua fôrça de trabalho pelo preço que lhe imponham os fazendeiros da região. O futuro de seus descendentes não seria mais brilhante, pois a partilha da propriedade por herança

²⁹ Id., *ibid.*, p. 136

³⁰ In “História da Imigração no Brasil — Uma Interpretação” *Bol. Geog.*, ano VI, n.º 69, dez. 1948. Vide também o livro de T. DAVATZ: *Memórias de um Colono no Brasil.*

³¹ C. PRATES, *op. cit.*, p. 138

levaria forçosamente à formação de minifúndios ou à perda da propriedade por parte do colono, que iria engrossar a nossa multidão de trabalhadores rurais sem terra. Tais áreas de minifúndios têm sido formadas ao lado de domínios de *p'antations*, em várias partes do Brasil.

Uma outra forma de remuneração ao trabalhador rural referida por PRATES é a diária. Segundo PIERRE DENIS³², esta era a forma de pagamento adotada para recrutar o trabalho de negros libertos. Estes, uma vez obtido o consentimento de um fazendeiro, instalam-se em suas terras, num barracão miserável, na margem de um rio ou à beira da estrada. Por dia de trabalho recebiam dois mil réis (em 1905), quantia mais que suficiente para suas parcas necessidades diárias. Faltava então, em seguida, um ou dois dias. Desta forma, era raro contar-se com o trabalhador mais de três dias na semana. Era, portanto, uma mão-de-obra incerta e de péssima qualidade.

DENIS compara com mestria a organização do trabalho numa fazenda de café de São Paulo com a de Minas. Naquela, os trabalhadores estão reunidos em "colônias", e ao toque do sino, pela manhã, se dispersam nos cafèzais, só voltando a se reunir ao anoitecer. Em Minas, os trabalhadores estão dispersos e só muito depois de tocar o sino aparecem êles... quando aparecem. Se fôsem deixados a trabalhar sôzinhos, nada fariam. Ficam então reunidos em turmas, vigiados por um capataz. Excluindo-se o chicote, diz êle, tudo é igual ao tempo da escravidão.

Bastam êstes fatos, acrescenta, para mostrar como na fazenda paulista impera a disciplina, enquanto na mineira tudo transcende a desordem.

Pondo-se de parte o preconceito racial que se lê nas entrelinhas, conclui-se daí que a simples eliminação do estatuto civil da escravidão quase não melhorou a condição do antigo escravo, nem muito menos resolveu o problema do fazendeiro.

Pelo exposto acima, compreende-se que a Zona da Mata foi a herdeira em linha reta da velha estrutura econômica e social do vale do Paraíba, ao qual ela se ligava espacialmente. O planalto paulista não só estava dêle separado, como dêle se distanciou muito mais pela evolução econômica e social.

Não se deve deduzir daí, porém, que tudo permaneceu como dantes na Zona da Mata, após a abolição da escravatura. Modificações profundas no *habitat* se verificaram de modo algum os trabalhadores rurais se submetiam a residir na senzala, que lhes recordava a triste condição de escravos. Esta foi então ocupada por algum celeiro, depósito de ferramentas ou oficina, quando não foi demolida. Nas fazendas agrícolas, as casas dos lavradores se espalharam para as margens dos rios, as nascentes, os terraços fluviais baixos ou as beiras de caminho,

³² P. DENIS: *Le Brésil au XXe siècle*, pp 255-260. Este conceituado geógrafo parece estar baseado no estudo de C. PRATES; mas, como êle se refere a pormenores que não constam do relatório dêste, é de crer que tenha tido informações pessoais dêste autor.

passando a constituir um *habitat* rural disperso. As moradias dos empregados passaram a ser casas individuais para cada família. São feitas com paredes de sopapo ou de tijolo, às vezes caiadas, cobertas com telhas na maioria, mas outras vezes com palha. É uma construção pequena, de uma ou duas peças, tendo atrás, separado, pequeno telheiro de palha, com paredes de pau-a-pique de madeira ou bambu, que serve de galinheiro ou chiqueiro.

Nas fazendas em que predomina a criação perdurou o *habitat* nucleado, mas também sem utilizar a senzala. O curral fica junto à sede da fazenda, porque o gado, que lá é recolhido à noite, constitui o principal interesse do proprietário e o seu maior empate de capital.

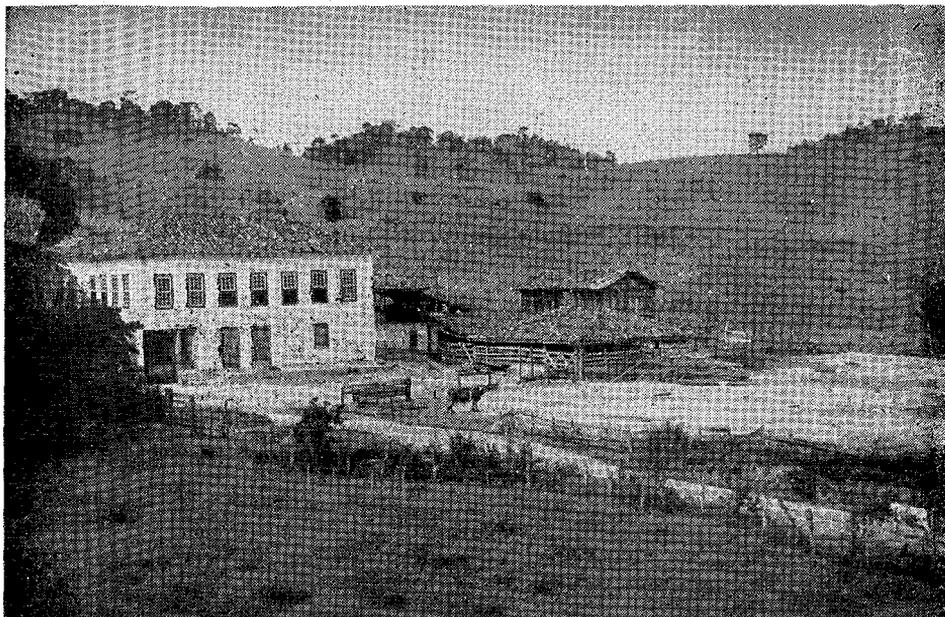


Fig 18 — Fazenda das Ameixas, de Nelson Meroveu, entre Rio Pomba e Mercês, a 12 km daquela cidade. É sobretudo de criação. Vêem-se o curral e culturas de cana, milho, pastos e café no alto do morro atrás.

Foto Gilson Costa (CNG)

É uma construção acachapada com cêrca de mourões horizontais, porteira e uma grande cobertura de telhas de meia calha (fig. 18). Em função dêle, reúnem-se junto à sede da fazenda as casas dos vaqueiros, que são poucas, porque as necessidades de mão-de-obra são escassas.

O próprio padrão do uso da terra modificou-se, esboçando-se a paisagem atual. Nas vizinhanças, fazem-se as culturas de subsistência: milho e feijão sôbre as encostas; as várzeas levam arroz ou capim jaraгуá, e o cafêzal regrediu em tamanho e para as encostas mais altas, junto de algum capoeirão que ainda reveste os cumes. Tudo o mais é coberto pelas pastagens de capim gordura. Dos antigos cafêzais que havia, só restam as marcas das fileiras no meio dos pastos, entrecortadas pelas trilhas do pisoteio dos animais.